

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

**MULHERES EM MOVIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES VIVENCIADAS
PELAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS SOCIOEDUCATIVOS A
PARTIR DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PARA O
AUTODESENVOLVIMENTO COM FAMÍLIAS NO CRAS VILA
ASSUNÇÃO DE REGENTE FEIJÓ - SP**

ELIZÂNGELA DE ANDRADE ALEXANDRE IMAMURA
IVETE BARRETO LOPES
MARIA DA LAPA SILVESTRE BORGES
SWELEN DE OLIVEIRA VELASQUE

Presidente Prudente/SP

2014

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

**MULHERES EM MOVIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES VIVENCIADAS
PELAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS SOCIOEDUCATIVOS A
PARTIR DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PARA O
AUTODESENVOLVIMENTO COM FAMÍLIAS NO CRAS VILA
ASSUNÇÃO DE REGENTE FEIJÓ - SP**

ELIZÂNGELA DE ANDRADE ALEXANDRE IMAMURA
IVETE BARRETO LOPES
MARIA DA LAPA SILVESTRE BORGES
SWELEN DE OLIVEIRA VELASQUE

TC apresentado como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Prof. Ms. Silvia Helena Manfrin.

Presidente Prudente/SP

2014

**MULHERES EM MOVIMENTO: AS TRANSFORMAÇÕES VIVENCIADAS
PELAS PARTICIPANTES DOS GRUPOS SOCIOEDUCATIVOS A
PARTIR DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA PARA O
AUTODESENVOLVIMENTO COM FAMÍLIAS NO CRAS VILA
ASSUNÇÃO DE REGENTE FEIJÓ - SP**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Serviço Social.

Silvia Helena Manfrin

Valderes Maria Romera

Cássia Regina Martinez Lima

Presidente Prudente, 24 de Novembro de 2014.

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperança para enfrentar o presente, é preciso resistir e sonhar...”

Marilda lamamoto

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por mais uma conquista, pois sem ele não teria vencido mais essa etapa da minha vida.

A minha mãe e ao meu pai, em especial a minha mãe, que me incentivou a cursar esta faculdade, sempre me apoiando e me dando força.

A minha filha, pela compreensão de não estar sempre presente em alguns momentos, sendo as vezes uma mãe ausente, por ter me dedicado aos meus estudos.

Agradeço aos meus amigos que não me deixaram desistir quando encontrava alguma dificuldade, sempre me incentivando, dando força e torcendo por mim.

A minha orientadora Prof^a Silvia Helena Manfrim, agradeço pela cobrança durante todo o processo deste trabalho, pela dedicação e confiança.

A minhas colegas de grupo, que não mediram esforços para a realização deste trabalho, mesmo nos momentos estressantes, mas que por fim conseguimos realizá-lo com sucesso.

Enfim agradeço a toda a minha família e a todos que direta e indiretamente me ajudaram na realização deste trabalho.

Elizângela de Andrade Alexandre Imamura

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado sabedoria e a Nossa Senhora de Aparecida pelas vezes que estando eu cansada, e quase sem forças pedi para que ela caminhasse à minha frente abrindo os caminhos e com isso sentia minhas forças renovadas.

Agradeço a minha mãezinha Francisca Peixoto Barreto pelo incentivo pela ajuda tanto emocional como financeira e por não me deixar desistir, minha mãe meu espelho, obrigada por acreditar em mim, valeu a pena toda a distancia, todo sofrimento, todas as renuncias. Portanto essa vitória eu dedico à senhora mãe mesmo porque ela é mais sua do que minha.

Aos meus filhos Raphael Barreto e a Fernanda Barreto que souberam compreender a minha luta as minhas limitações e de certa forma teve uma importante contribuição nesta minha caminhada, sem me esquecer da minha neta Julia Marcondes minha princesinha.

Agradeço a minha amiga Inês Fernandes, pelo incentivo tanto emocional como financeiro, quando queria desistir de tudo ela me dizia pensa no quanto isso é importante pra você, faça por você, olhe pra frente, não desista dos teus sonhos.

Não poderia deixar de agradecer à Nair Osti que me apoiou psicologicamente me mostrou que eu poderia ir além do limite porque eu não estava sozinha nessa caminhada.

Em fim agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram dessa minha caminhada, na qual sou infinitamente agradecida e que Deus de a recompensa a cada um de vocês.

Ivete Barreto Lopes

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde, força e coragem para enfrentar as dificuldades vivenciadas durante este curso, permitindo mais esta conquista em minha vida.

Ao meu pai (in memoriam) pelo exemplo de ser humano que foi pra mim, a pessoa mais humilde que eu já conheci em toda minha vida, apesar dele ter partido tão cedo para ir morar com o Papai do céu. É por ele que eu lutei para realizar esse sonho.

A minha mãe, pelo incentivo, amor incondicional, apoio financeiro, por ser o meu porto seguro, a pessoa que esta disposta a me ouvir em todos os momentos, seja de alegria ou tristeza, a quem eu dedico esse momento tão especial da minha vida.

Ao meu esposo Winter que mesmo diante das dificuldades vivenciadas, as consideradas forças duras, entendeu a importância do curso superior na minha vida, me apoiando em todos os momentos.

Aos meus irmãos, em especial Rosana e Rosalino, pelo carinho e pela preocupação dedicados, sendo que em momento nenhum permitiu que eu desistisse de estudar.

A orientadora Silvia Helena Manfrin, pelo suporte nas suas correções e incentivos, com seu sorriso cativante, que fazia de cada orientação um momento prazeroso.

As minhas colegas, Elizângela Imamura, Ivete Barreto e Swelen Velasque que não mediram esforços para a realização deste trabalho e por me suportar nos meus momentos estressantes, minhas sinceras desculpas. Aos colegas do 8º termo do curso de serviço social pelos compartilhamentos nos conhecimentos adquiridos.

Ao Centro Universitário “Antonio Eufrásio de Toledo”, o corpo docente do Serviço Social, pelos ensinamentos dedicados.

A equipe do CRAS de Regente Feijó pelo apoio e incentivo e a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, muito obrigado.

Maria da Lapa Silvestre Borges

AGRADECIMENTOS

Este é o meu momento de agradecer a todos e a todas que fizeram parte desta minha longa caminhada que para quem me conhece sabe que é longa mesmo.

Sempre em primeiro lugar agradeço à Deus por seu infinito amor e carinho, que me motivou enquanto sua serva “pejoteira” a buscar entendimento das relações humanas.

Agradeço ao meu pai Pedro que sempre trabalhou muito para suprir as necessidades da nossa família e de sua maneira nos ensinou a buscarmos nossos próprios objetivos de vida.

Agradeço a minha rainha Nazaré (in memorian), que em sua infinita bondade dedicou sua vida para sermos felizes e acreditarmos que sempre podemos fazer o melhor para nós e para os outros. E tenho a certeza que ela está me abençoando de onde ela estiver por saber que estou realizando um sonho.

Agradeço aos meus irmãos que também sempre me incentivaram e contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. Em especial a minha irmã Cileide que sempre será minha segunda mãezinha, meu exemplo de mulher vitoriosa.

A família que estou construindo junto com meu companheiro e amado Helton que sempre está ao meu lado em todas as horas, ao lado de nossos filhos Ana Beatriz, Carlos Eduardo e Cauã. E com ele fui agraciada com sua família, a vó Nice e o tio Claudio que me acolheram e estão sempre dispostos a me ajudar.

Aos meus amigos que fazem parte da minha história de vida dentre elas: a equipe de trabalho do CRAS, a Juliana Sanches Menino, que acreditam em meu potencial e me encorajam a não desistir dos meus objetivos. A conquista de novas amigas que me acolheram nessa caminhada, grupo “Distração”.

As minhas companheiras de trabalho Maria, Elizangela e Ivete, que apesar dos obstáculos, cada uma sabe o quanto contribuiu para que esta pesquisa se concretizasse e a devida importância para o nosso crescimento enquanto profissional.

Quero agradecer também aos nossos queridos mestres que com total certeza contribuíram muito para que o nosso conhecimento produza “Respostas Profissionais Sustentáveis”.

E dentre estes mestres em especial a nossa amada orientadora Silvia Helena Manfrim que abraçou nossa pesquisa com muito carinho e competência.

Que Deus nos Abençoe Sempre!

Swelen de Oliveira Velasque

RESUMO

Considerando as inúmeras expressões da questão social que tem atingido a sociedade brasileira. O presente trabalho teve como proposta avaliar o impacto resultante da participação das mulheres em grupos socioeducativos desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Regente Feijó, nos quais foi aplicada uma metodologia para o autodesenvolvimento, denominada “Plug and Play”. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo envolvendo 14 mulheres; inicialmente traçamos um perfil das participantes e posteriormente, a fim de responder às perguntas da pesquisa, realizamos uma entrevista na modalidade história de vida. A partir da apreensão dos resultados da pesquisa foi possível perceber e apontar as mudanças vividas por essas mulheres em relação ao desenvolvimento pessoal, estendendo-o para o âmbito familiar, a partir da participação nas reuniões desenvolvidas no CRAS com o uso da referida metodologia. Sabendo que o resultado obtido através do desenvolvimento dessa metodologia fundamenta e propicia um dado tanto quanto positivo em relação as pesquisas realizadas com essas mulheres referenciadas.

Palavras Chaves: Vulnerabilidade Social. Autodesenvolvimento. Transformação Social. Subjetividade. Dimensão Familiar.

ABSTRAT

Considering the numerous expressions of social issues that have hit the Brazilian society. This work aimed to evaluate the impact of women's participation in youth groups developed at the Reference Center for Social Assistance (CRAS) of the Municipality of Regent Feijo, where a methodology for self-development, called "Plug and Play" was applied. To this end, a field survey was carried out involving 14 women; initially drew a profile of participants and subsequently, in order to answer the research questions, we conducted an interview in the mode of life history. From the apprehension of the search results was possible to notice and point out the changes experienced by these women in relation to personal development, extending it to the family circle, from attending meetings at CRAS developed with the use of this methodology. Knowing that the result obtained through the development of this methodology provides a grounded and given as positive about research performed with these women referenced.

Keywords: Social Vulnerability. Self-development. Social Transformation. Subjectivity. Family Size.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS - III Congresso Nacional de Assistência Social

CFESS – Conselho Federal de Assistência Social

CF/88 - A Constituição Federal de 1988

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRAS – Conselho Regional de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária

Gráfico 2 – Etnia

Gráfico 3 – Escolaridade

Gráfico 4 – Profissão

Gráfico 5 – Renda familiar

Gráfico 6 – Estado Civil

Gráfico 7 – Religião

Gráfico 8 – Bairros Onde Residem

Gráfico 9 –Preconceitos Relacionados ao Território

Gráfico 10 – Uso de Drogas

Gráfico 11 –Participação em Programa de Transferência de Renda

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	19
2.1 Políticas Sociais no Brasil da Primeira à Nova República: Breves Considerações.....	19
2.2 A Constituição Federal de 1988.....	21
2.3 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).....	23
2.4 Política Nacional de Assistência Social (PNAS).....	27
2.5 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS).....	29
3. SISTEMA DE PROTEÇÃO BÁSICA.....	33
3.1 A Proteção Social Básica.....	33
3.2 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).....	34
3.3 Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF).....	36
4. A FAMÍLIA E SUAS DIFERENTE CONFIGURAÇÕES.....	41
4.1 Um Resgate da Família na Década de 60 e a Questão de Gênero.....	42
4.2 As Novas Constituições de Família.....	45
4.3 A Família como Objeto de Trabalho do Serviço Social.....	48
4.4 A Representatividade da Família no PAIF.....	52
5. O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE REGENTE FEIJÓ.....	55

5.1 Metodologia da Pesquisa.....	60
5.2 Perfil Das Mulheres que Participam do Grupo Socioeducativo “Lírio Do Campo” do CRAS de Regente Feijó.....	63
5.3 Os Resultados da Metodologia Social "Plug And Play" para Autodesenvolvimento a Partir da Percepção das Pesquisadas	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
APÊNDICE.....	102

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve por finalidade avaliar o impacto gerado a partir da aplicação da metodologia para o autodesenvolvimento com famílias dos grupos socioeducativos, desenvolvidos no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Município de Regente Feijó.

A avaliação será realizada considerando as possíveis mudanças ocorridas no âmbito pessoal e familiar, a partir do ponto de vista das mulheres que participam dos dois movimentos iniciais da metodologia.

Considerando a complexidade e subjetividade do trabalho realizado com famílias que estão em condição de vulnerabilidade social, o CRAS vem buscando mecanismos e desenvolvendo ações com a finalidade de criar condições que favoreçam a mudança dessa realidade, promovendo o fortalecimento de vínculos nas famílias e no território, sem deixar de considerar a responsabilidade do Estado na produção de respostas a estas famílias.

Para fundamentar essa discussão, o trabalho apresenta inicialmente uma breve revisão bibliográfica sobre a Política Nacional de Assistência Social e seus avanços dentro do cenário estatal, a partir da Constituição Federal de 1988.

Ato contínuo, direcionamos a argumentação para o eixo da Proteção Social Básica que está diretamente relacionada à prevenção de situações de riscos e vulnerabilidades sociais de famílias e indivíduos, tendo como locus de materialização o CRAS.

Considerando que a família é o espaço privilegiado para a avaliação dos resultados da aplicação da metodologia, objeto de análise da presente pesquisa buscou trazer conceitos de família e suas novas configurações, com recorte histórico a partir da década de 1960.

A família na contemporaneidade tem construído novos arranjos e ampliando seu conceito, devido às significativas transformações políticas, econômicas e sociais vivenciadas nas últimas décadas. Nessa direção, trazemos a atuação do

Serviço Social com a família no contexto social atual, permeado por inúmeras desigualdades que repercutem no campo de atuação do profissional do Serviço Social, cujo objeto de trabalho é as múltiplas expressões da questão social.

Com isso, trazemos luz sobre as famílias que são atendidas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), visto que são pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade social no território de referência do CRAS que, por sua vez, é um mecanismo de ordem estatal da Política de Assistência Social e tem como eixo fundante a prevenção de ocorrências envolvendo os indivíduos e suas famílias, submetidos às situações de vulnerabilidades e riscos sociais em seu território de abrangência.

Entre os serviços ofertados pelo CRAS de Regente Feijó, destacamos o trabalho objeto da presente pesquisa, desenvolvido com os grupos socioeducativos, através do uso de uma nova metodologia para o trabalho autodesenvolvido com as famílias e sua aplicabilidade foi desenvolvida em três movimentos: os movimentos um, dois e três. Cabe esclarecer que a presente pesquisa terá como foco os movimentos um e dois, não incluindo o movimento três que está em processo de desenvolvimento.

Considerando que nos propusemos a apreender os resultados da aplicação da metodologia “Plug and Play”, a partir da percepção das mulheres participantes do grupo, além da revisão bibliográfica, partimos para a pesquisa de campo.

Utilizamos da abordagem qualitativa, considerando o que Paulilo (1999, p. 1), define:

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequar-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Para a realização da pesquisa de campo buscamos traçar um breve perfil das participantes do grupo, utilizando como instrumental um questionário fechado, aplicado em todas as mulheres do grupo e denominado “Lírio do Campo”. Para o

aprofundamento de elementos importantes foi realizada uma entrevista aprofundada, na modalidade história de vida, realizada com uma das integrantes do grupo.

Dando continuidade na pesquisa, apresentamos os resultados do questionário aplicado com as participantes do grupo, analisando o perfil das mulheres e a história de vida de uma delas, contendo os elementos perseguidos.

Por fim, trazemos as considerações finais onde apresentamos os resultados obtidos através da realização da pesquisa e as reflexões ou propostas do grupo sobre o tema pesquisado.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS

2.1 Políticas Sociais no Brasil da Primeira à Nova República: Breves Considerações

Neste capítulo trataremos alguns apontamentos do contexto histórico do Serviço Social e das Políticas Sociais. A compreensão dos posicionamentos, lógicas e estratégias que permeiam o pensamento e ações do Serviço Social em sua trajetória permanecem na atualidade considerando novas articulações, expressões e redefinições da questão social.

O crescente processo de industrialização vivenciado no Brasil no século XIX impulsionou o movimento do êxodo rural, o que gerou um crescimento desordenado das cidades. Este cenário trouxe consigo um novo perfil da população urbana associado ao aumento das expressões da questão social.

Já no século XX, especificamente no período de 1930, houve um crescimento numérico da classe trabalhadora que era extremamente explorada e buscava organização para lutar por melhores condições de vida e de trabalho e, que anos mais tarde, estabeleceram-se enquanto classe trabalhadora associada aos diferentes movimentos de organizações na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Segundo COUTO:

Os atos arbitrários e os movimentos censurados em 1968 foram criando uma oposição por parte da sociedade civil, que se articulou para denunciar os atos da ditadura. Sua demonstração ocorreu das mais diversas formas, inclusive com manifestações de rua com grande participação popular. (COUTO, 2010, p. 123)

Tendo como referência ainda o período da ditadura militar, o Governo utilizou-se da implantação de políticas sociais para sua legitimação. As políticas sociais

eram direcionadas à proteção dos trabalhadores e tinham a Assistência Social como benemerência e não como direito.

Entretanto, essas políticas vão se desenvolver com bases assistenciais de caráter emergenciais e compensatórias e, a partir deste contexto, o Serviço Social passou a ter discussões internas e conseqüentemente rupturas com o conservadorismo.

Esta movimentação no interior da profissão é explicada por Sposati (2007, p. 48 e 49):

Neste “despertar” há que se considerar as contribuições do movimento de reconceituação do Serviço Social. Ao resgatar os componentes teórico-metodológicos da profissão desencadeia entre os assistentes sociais a possibilidade de “desmascaramento” de novas formas de apreensão da realidade e a compreensão crítica e política de sua prática. A reconceituação permitiu que os assistentes sociais se distanciassem criticamente do significado “aparente” de sua atividade. Passaram a compreender que, através de suas atividades, se cumpriam fins sociais que ocupavam posições estruturais distintas e antagônicas.

Este movimento de repensar a profissão sob a égide do capital e numa visão crítica, em meados de 1972 teve a intencionalidade de ruptura com o conservadorismo, visto que o assistente social passa a se reconhecer como classe trabalhadora, o que foi fortalecido ainda mais em 1979 no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS).

O processo de incorporação e amadurecimento da teoria marxista no Serviço Social na década de 1980 retrata uma compreensão crítica da realidade social imposta pelo capitalismo o que resulta em rebatimentos nas intervenções profissionais do assistente social.

Com uma proposta de transformação, tendo a prática aliada à teoria e seus objetivos fundamentados no novo código de ética profissional aprovado em 1986, o Serviço Social posiciona-se comprometido com a categoria profissional e também na luta pela construção de uma sociedade que proporcione uma distribuição mais justa da riqueza socialmente produzida.

Nesta fase, os movimentos sociais foram peças fundamentais em forma de pressão política, no sentido de contribuir e materializar esta nova configuração das políticas sociais. Nessa direção, de acordo com COUTO:

Além da criação de novos partidos, vários movimentos sociais liderados por profissionais liberais, entre eles a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), os movimentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação, representados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o movimento das donas de casa, o Movimento contra a Carestia, os Comitês pela Anistia, os sindicalistas (principalmente os sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista), estudantes, por meio da UNE, entre tantos, foram responsáveis pelas manifestações que obrigaram o governo militar a encaminhar o processo de abertura política. (COUTO, 2010, p. 135)

Logo, como resposta ao processo de redemocratização, emerge o desenvolvimento das políticas sociais e a implantação na Constituição Federal de 1988, com o conceito de Seguridade Social e elevando a Assistência Social ao status de política como dever do Estado e direito do cidadão.

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988 o serviço social passa a atuar no sentido de garantir a aplicação e universalização dos direitos sociais postos na Carta Magna através de uma atuação comprometida com a classe trabalhadora.

2.2 A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) é considerada um marco importante para as políticas sociais, devido ao seu reconhecimento como a Constituição Cidadã, garantindo avanços em relação ao acesso a direitos sociais e com a participação organizada da sociedade.

A CF/88, instrumento de exigibilidade de direitos pela via jurídica, trouxe no texto legal perspectivas concretas para o desenvolvimento social, possibilitando a crença na construção de uma sociedade livre, justa e solidária e com a redução das desigualdades sociais.

Segundo COUTO (2010, p. 158), [...] “é no campo dos direitos sociais que estão contidos os maiores avanços da Constituição de 1988”. Isso fica evidenciado na disposição dos objetivos fundamentais para o País, postos no texto constitucional em seu artigo 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I – Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II – Garantir o desenvolvimento nacional;
- III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV – Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Tais objetivos pressupõem a fundamental participação popular para a crescente e contínua mudança de comportamento social e político. Essa participação encontra-se em construção até os dias atuais no enfrentamento das desigualdades sociais.

A Constituição Federal, como já mencionado, representou um avanço significativo ao elevar a política social à condição de direito do cidadão, trazendo o conceito de Seguridade Social, contemplando as Políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social, conforme disposto na letra da lei:

Artº 194: A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

§ único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade de base de financiamento; e
- VII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. (BRASIL, 1988)

Na década de 90, com a metamorfose do capitalismo, as políticas sociais se apresentam perifericamente de forma hierarquizada, com atuação de controle social, entendido no sentido de conter e acalmar as manifestações que contrapõem ao sistema capitalista.

Tamanha é a importância da mudança posta pela Carta Magna, visto que avoca para o Estado a competência de organizar a seguridade social e atribui à sociedade o controle social para sua efetivação.

A Política Nacional de Assistência Social na CF/88 está referenciada nos artigos 203 e 204:

Art.203 A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

- I - despesas com pessoal e encargos sociais;
- II - serviço da dívida;
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (BRASIL, 1988)

Embora a CF/88 seja o ordenamento jurídico prevalecente sobre as demais leis, a efetivação dos direitos sociais postos na letra da lei continuam sendo objeto de grandes embates políticos e econômicos: um grande desafio para a sociedade como um todo, em particular ao Serviço Social.

Nessa arena de disputas entre direitos sociais e forças contraditórias presente no neoliberalismo, se insere o Projeto Ético Político do Serviço Social cujos princípios coadunam com os direitos postos na Constituição Federal.

Em meio a este cenário de disputas entre capital/direitos sociais é criada a Lei N.º. 8742 de 7 de dezembro de 1993, a chamada Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a regulamentação da Assistência Social como direito de todo cidadão.

2.3 Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

A partir da Constituição de 1988, a Assistência Social passa a fazer parte do tripé da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social, sendo a Saúde universal, a Previdência contributiva e a Assistência de quem dela necessitar, sem prévia contribuição.

Com o advento da constituição de 1988, a Assistência Social passa a compor, com a Saúde e a Previdência Social, o tripé da seguridade social brasileira (art.194). Com isso, a assistência passa a ser considerada como um meio, uma estratégia de redistribuição, estendendo direitos a todas que dela necessitam, independentemente de qualquer contribuição previa, tudo de forma a interagir com as demais políticas públicas. (COLIM e FOWLER,1999, p.16)

Diante deste cenário, houve a necessidade de uma legislação ordinária, a Lei Orgânica da Assistência (LOAS), para o reconhecimento e efetivação dos direitos constitucionalmente assegurados.

Muito embora a assistência tenha sido reconhecida como direito, a Seguridade Social, exposta nos artigos 203 e 204 da Constituição como já referido, o Poder Executivo não apresentou interesse em aprovar o projeto, retardando por mais cinco anos a aprovação da LOAS, o que aconteceu somente em 1993.

Nesse espaço de tempo, grupos estudantis, movimentos sociais, universidades, Conselho Federal de Serviço Social, dentre outros, iniciaram uma articulação em torno da LOAS, mas vários projetos foram vetados.

Conforme relata SPOSATI (2004, p. 53; 58 e 59),

A pressão já estalada e apoiada pelo Conselho Nacional de Seguridade Social, pela formação de uma Comissão Especial no Ministério já instalada. Para equacionar o estudo das atribuições da Assistência Social (...). O CFESS, a ABEPSS, com a presença dos CRESS - à época CEFAS e CRAS- organizaram forças e construíram uma comissão interlocutora composta por Laura Lemes Duarte, Carmelita Yazbek, Potyara Pereira, Adaílza Spozati, Rosagela Batistoni; Ana Lígia Gomes. As negociações, os debates sobre emendas ao texto constitucional geram um movimento ímpar, que se torna conhecido como a Conferência Zero da Assistência Social.

Ainda de acordo com a autora supracitada, na Câmara Federal são debatidos os artigos do projeto, com a presença de diversos movimentos sociais de vários estados, inclusive deputados e líderes do governo. Esse projeto, que contrapôs ao anterior, depois de discutido e aprovado pela conferência, chegou até as mãos do presidente que o sancionou.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei 8.742 - foi sancionada no dia 7 de dezembro de 1993 através do Decreto 6.414, tendo como objetivo regulamentar a Assistência Social enquanto política pública, sendo de responsabilidade do Estado a disposição de normas, princípios, benefícios e programas para a efetivação desses serviços como um direito da população.

A LOAS tem como proposta a regulamentação da Assistência Social, garantindo os mínimos sociais para a população que dela necessitar. No entanto, sua aprovação aconteceu em meio à opção por uma política neoliberal, fortalecida pelo plano Collor e reafirmada pelos governos posteriores, momento em que houve uma significativa redução de gastos com políticas sociais, privatizações, além da reforma e do encolhimento do Estado.

Como disposto na LOAS, em seu artigo 1º:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

A LOAS em seu texto organiza e estabelece a Política de Assistência de acordo com diretrizes e princípios, estabelecendo ações a serem realizadas pela União, Estados e Municípios, regida por objetivos e princípios, objetivando prover aos seus usuários os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas.

O direcionamento e objetivos da LOAS estão dispostos no artigo 2º:

Artigo 2º. A Assistência Social tem por objetivos: (Redação foi alterada pela Lei 12.435/11):

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

- b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
- c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. A Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições, para atender contingências sociais, e à universalização dos direitos sociais. (BRASIL, 1993)

Está posto, portanto, que a LOAS preconiza que a assistência deve ser materializada como um direito universal e integrado às demais políticas setoriais no combate e enfrentamento da pobreza, propondo diretrizes para o atendimento e segurança dos beneficiários desta lei.

Em 2003 foi realizada a IV Conferência da Assistência Social, o que representou um marco importante para o desenvolvimento e concretude das políticas sociais tendo em vista que nas edições anteriores as propostas e ações dos conferencistas se repetiam.

“[...] a IV Conferência Nacional, organizada pelo Conselho Nacional de Assistência Social e construída pelos 1.053 participantes, apontou para a premência de perceber e lutar pela Assistência Social como uma política de inclusão social, compatível à uma nova agenda de cidadania. Com isso, os trabalhos da IV Conferência - painéis, grupos, debates e eventos - realizaram-se assentados sobre o claro projeto de cidadania que baliza a LOAS: o reconhecimento coletivo do direito igualitário de todos os indivíduos sociais, independente da trajetória pessoal, visando o exercício da sua cidadania e, conseqüentemente, buscando a erradicação da pobreza, a redução da desigualdade social e o combate à exclusão social. Daí os subtemas, a saber, a Assistência Social: conceber a política para realizar o direito; Gestão e organização – planejar localmente para descentralizar e democratizar o direito; Financiamento – assegurar recursos para garantir a política e, mobilização e Participação como estratégia para fortalecer o controle social, foram desencadeados para abarcar as importantes discussões em torno das principais questões da Política de Assistência Social a serem aprofundados. (10 ANOS DE LOAS; RELATORIO IV CONFERÊNCIA NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.MDS,2003, P. 7 e 8)

Logo, a IV Conferência Nacional da Assistência Social teve como finalidade o fortalecimento do controle social e uma gestão organizada, explicitando a luta existente para assegurar os direitos socioassistenciais.

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), considerando a importância em ampliar os direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 e na LOAS, aprova em colegiado, a Resolução N.º. 145, de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

2.4 Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma política pública na qual a Assistência Social é posta como de responsabilidade do Estado, tendo o dever de garantir o acesso aos direitos de forma universal.

A implantação da PNAS está definida como política de proteção social aos que estão em situação de vulnerabilidade e/ou risco social e tem como princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II - Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III - Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV - Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (PNAS, 2004, p. 26).

A PNAS é de caráter não contributivo e acessível a todos que dela necessitarem, sem exceção ou discriminação, considerando que todo cidadão tem reconhecida sua dignidade, devendo ser respeitado independentemente de sua situação econômica ou social.

Logo, o serviço no campo da Assistência Social, ao serem prestados a quem deles necessitar, visa promover a equidade no sentido de diminuir as desigualdades sociais no enfrentamento da exclusão social.

Como forma de organização, a PNAS é orientada segundo as seguintes diretrizes:

- I - Descentralização político-administrativa, cabendo à coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais;
- II - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III - Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;
- IV - Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos (PNAS, 2004, p. 26-27).

De acordo com a PNAS, tais diretrizes efetivam a Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, possuindo um modelo de gestão compartilhada cujas atribuições e competências são realizadas nas três esferas de governo. Para sua operacionalização, se faz necessária a articulação com outras políticas indicando ações a serem realizadas de forma integrada para o enfrentamento da questão social.

A descentralização político-administrativa reforça o papel das três esferas do governo na condução da Política de Assistência Social. A participação da população passa a ser feita através dos Conselhos e Conferências (Municipais, Estaduais e Nacionais), contribuindo na formulação e controle das ações na área da Assistência Social.

A Política Pública de Assistência Social, segundo a PNAS realiza-se:

- “[...] de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:
- I- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem;
 - II- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais;

III - Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (PNAS, 2004, p. 27).

A articulação da PNAS com as demais políticas públicas visa o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao enfrentamento das desigualdades sociais existentes e identificadas em determinadas áreas.

Para tanto, as proteções afiançadas pelo Estado vêm ao encontro da necessidade de maior aproximação com seus usuários, já que é na família ou em seu entorno que se materializam as expressões da questão social.

De acordo com a PNAS (2004, p. 34):

[...] a gestão das ações de Assistência Social postas na LOAS, ficam organizadas através de um sistema participativo e descentralizado. O Sistema Único de Assistência Social - SUAS tem o papel de reorganizar as funções desempenhadas pelo Estado estabelecendo padrões de serviços de acordo com a intensidade de atuação da Assistência Social, por eixos dando a forma de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

Tais ações são materializadas, como já ditas, num modelo de gestão descentralizada e participativa da política, visando à articulação dos programas, projetos e serviços dentro do Sistema Único de Assistência Social.

2.5 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social passa a ser reconhecida como política pública de seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência social, como já mencionado. Apesar dos avanços e conquistas, os textos legais não foram capazes de garantir os direitos sociais. Em resposta a essa fragilização na garantia de direitos sociais surge um novo mecanismo, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com uma perspectiva de superação dos serviços socioassistenciais:

Implantar um Sistema Único de Assistência Social para o Brasil requereu vontade política, expressa na direção de um governo democrático e popular. Mas também é fruto do acúmulo da luta de profissionais, gestores, técnicos, usuários e intelectuais pelo reconhecimento do direito socioassistencial, da sua organização e que foram traduzidos na IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003. (REDE SUAS, 2007, p. 20)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e implantado em 2005, concretiza o conteúdo da LOAS, para a realização de seus objetivos e resultados esperados, consagrando os direitos de cidadania e inclusão social.

Sua organização acontece de forma descentralizada e participativa e a oferta de serviços socioassistenciais em todo território nacional, configura-se como um esforço de romper com o modelo assistencialista, propondo uma nova configuração para a Assistência Social.

A implantação do SUAS, como um sistema único e nacional, trouxe para a Assistência Social maior organicidade entre seus serviços, benefícios, programas e projetos, prestados tanto pela rede pública quanto privada, maior articulação entre as ações da União, Estados e Municípios, maior integração entre a Política de Assistência Social e as outras políticas. (Guia, MDS, 2011 p. 38)

Dessa forma, o SUAS institui-se como um meio na articulação de esforços e recursos dos três níveis de governo (Estaduais, Municipais e do Distrito Federal), para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões e serviços.

O modelo de gestão do SUAS é descentralizado e participativo, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de Assistência Social, garantido o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais. Pressupõe ainda gestão partilhada, a corresponsabilidade e cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e a definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. (NOB/SUAS, 2010, p. 22)

Assim, a efetivação e a organização de gestão do SUAS varia de acordo com a capacidade que cada ente federativo tem de executar e co-financiar os serviços da Assistência Social.

Constituído como um instrumento que viabiliza e organiza-se sob a forma de sistema público, não contributivo e de responsabilidade do Estado, o SUAS tem como seus princípios:

- **Universalidade:** todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- **Gratuidade:** a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;
- **Integralidade da proteção social:** oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- **Intersetorialidade:** integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;
- **Equidade:** respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. (NOB/SUAS, 2012, p. 16)

O SUAS reforça a responsabilidade do Estado sob a garantia de acesso aos direitos dos usuários, dispondo de meios para organizar a execução da Política de Assistência através da normatização dos padrões de atendimento, a partir de eixos e subsistemas, conforme explicitado abaixo:

Define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultados, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistema:

- Matricialidade sóciofamiliar.
- Descentralização político-administrativa e Territorialização.
- Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil.
- Financiamento.
- Controle Social.
- O desafio da participação popular/cidadão usuário.
- A Política de Recursos Humanos.

- A Informação, o Monitoramento e a Avaliação. (PNAS, 2005 p. 39)

Os serviços socioassistenciais no SUAS se materializam através das funções da Assistência Social como: vigilância social, proteção social, defesa social e institucional e as ações da Assistência Social são fundamentadas em dois tipos de proteção social: a básica e a especial:

A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros. E se divide em dois grupos: Média Complexidade e Alta Complexidade. (NOB/SUAS, 2010, p. 19 - 20)

A proteção social básica é desenvolvida no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). A proteção social especial de média complexidade é realizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). A proteção de alta complexidade se organiza por meios de instituições como: albergues, abrigos, casa de passagem, família acolhedora, família substituta, casa lar, dentre outros.

O SUAS engloba a oferta de benefícios socioassistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, programas, projetos e benefícios e contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade.

A cobertura dos benefícios socioassistenciais, referente aos programas de transferência de renda aumentaram e, ao mesmo tempo, surgiram novas demandas com o trabalho desenvolvido com as famílias, de acordo com a Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2012.

O crescimento da cobertura dos benefícios socioassistenciais na modalidade de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (PBF e BPC), suscitou novas demandas para o trabalho com famílias, vinculando a presença dos serviços de assistência social como completude necessária ao benefício. A publicação do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS em 2009 é um importante marco no reconhecimento do impacto e

alcance da transferência de renda em todo o território nacional, e da necessidade de integração destes com os serviços socioassistenciais. (NOB/SUAS 2012, p. 14)

A criação e implementação do SUAS possibilitou que a Política de Assistência Social ganhasse reconhecimento e visibilidade como política pública, assegurando os direitos sociais que visam reduzir os riscos de vulnerabilidades sociais.

É pertinente esclarecer que as ações da Assistência Social no SUAS são organizadas tendo como referência os territórios mais vulneráveis, considerando suas demandas e necessidades, para o desenvolvimento social, individual e familiar, buscando promover mudanças na realidade da família, do seu território e de cidadania para seus usuários.

3. SISTEMA DE PROTEÇÃO BÁSICA

3.1 A Proteção Social Básica

A proteção social básica está diretamente ligada à proteção de situações de riscos e vulnerabilidades sociais de famílias e indivíduos, pois é neste campo que são identificadas as problematizações postas para a Assistência Social e que requerem respostas protetivas com a finalidade de promover uma melhoria na qualidade de vida.

Segundo a PNAS, a proteção social básica tem como objetivos:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). (PNAS, 2004, p. 27)

Nesse universo de articulações está inserido o trabalho dos profissionais que atuam nas políticas públicas para conhecer e desvelar essa realidade, buscando a materialização da política nos territórios de vivência das famílias, através da disponibilização de serviços, programas e projetos, executados nas três instâncias de governo articuladas entre si dentro do SUAS.

Dentre as diferentes ações, destaca-se o acolhimento das famílias pertencentes aos territórios e que, ao serem incluídas no sistema, devam sentir-se pertencentes a ele como direito e não como benesse.

O serviço de proteção social básica é executado nos CRAS, além de outros prestadores de serviços públicos de forma direta e indireta nas organizações e entidades de caráter assistencial.

3.2 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

A princípio, quando falamos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), entendemos que a criação deste equipamento originou-se em função dos elementos da Política de Assistência Social que estão em crescente consonância para atender as necessidades de seus usuários.

Segundo as Orientações Técnicas Operacionais referentes ao CRAS, trata-se de:

[...] uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Saúde (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF [...]. (MDS Orientações Técnicas, 2009, p. 09)

Constitui-se como uma instituição composta por uma equipe interdisciplinar que deverá organizar ações e serviços de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Todos os serviços ofertados pelo CRAS devem ser planejados com foco no atendimento às famílias do seu território, analisando suas necessidades e potencialidades e considerando o contexto familiar como um ambiente de formação dos sujeitos e transmissão de valores.

Ainda de acordo com as Orientações Técnicas do MDS (2009, p. 09), o CRAS é a porta de entrada do SUAS. As possibilidades nele existente para a propositura de trabalhos com indivíduo, que é mandatário deste espaço, são de grande valia. Em anos de construção e embates políticos, a Assistência Social vem conquistando espaços que podem ser considerados modelos de políticas públicas que buscam o bem comum e a emancipação dos seus usuários.

A atuação dos profissionais que trabalham diretamente com a população atendida é direcionada no sentido de oferecer mecanismos de acessos aos direitos de cidadania, bem como para o desenvolvimento de potencialidades da população atendida. Para tanto, o CRAS desenvolve ações balizadas em dois eixos fundamentais: a matricialidade sóciofamiliar e a territorialização.

De acordo com o MDS (2009, p. 12), matricialidade sociofamiliar refere-se a "centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da Política de Assistência Social".

Quanto à territorialização, pode-se dizer que "o território não é somente uma porção específica da terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem, entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade" (MDS, 2009, p. 13)

O CRAS oferece serviços que caminham ao encontro da realidade dos indivíduos e suas famílias, proporcionado a descoberta de suas potencialidades e autonomia através dos serviços socioassistenciais existentes na proteção social básica, principalmente através do acesso aos Programas de Transferência de Renda (Ação Jovem, Benefício de Prestação Continuada - BPC para o Idoso e para a Pessoa com Deficiência, Cadastro Único/Bolsa Família, Renda Cidadã, entre outros).

No que diz respeito aos serviços prestados pelo CRAS dentro da proteção social básica, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais abrange:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. (2009, p. 5)

Estes serviços, disponíveis no CRAS, são desenvolvidos pela gestão da proteção básica dentro do seu território. É muito importante que a gestão aconteça de maneira articulada com as demais políticas, possibilitando assim a harmonia no atendimento e a facilidade de acesso ao público. Assim, os serviços a serem desenvolvidos no CRAS, estão de acordo com a realidade específica apresentada pela população usuária em seu território.

Diante do exposto, faz-se necessário a elaboração de diagnósticos sociais e a criação de vigilância social que possibilitem o conhecimento das demandas apresentadas pelos usuários em seu território.

3.3 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) é o principal serviço dentro da proteção social básica ofertado pelo CRAS, quais todos os outros serviços desse nível de proteção devem articular-se.

Neste sentido, o governo prioriza a esse tipo direcionado para a garantia dos direitos à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial.

O PAIF foi instituído no ano 2000, passando por transformações e aperfeiçoamentos, agregando outros significados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, conforme disposto nas Orientações Técnicas sobre o PAIF (2012, p. 8):

A experiência de trabalho com famílias iniciou-se em 2001, com um projeto piloto, o Programa Núcleo de Apoio à Família - NAF. Como forma de expandir e qualificar essa experiência, em 2003, foi lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Em 2004, o Plano foi aprimorado e

adequado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instituindo-se o “Programa de Atenção Integral à Família” (Portaria nº 78 de 08/04/2004), que se tornou a principal referência para o usuário do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Por meio do Decreto nº 5.085, de 19/05/2004, o PAIF tornou-se “ação continuada da assistência social”, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

Dando continuidade a esta mudança, em 2009 foi aprovada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, modificando novamente a nomenclatura do PAIF para Serviço de Proteção Integral à Família, prevista na LOAS em seu artigo 24 - A.

Para a realização das atividades propostas no serviço tem-se como objetivo o trabalho de fortalecimento de vínculos com famílias em situação de vulnerabilidade social, prevenindo o rompimento de laços e promovendo o acesso aos direitos.

Ainda de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 6):

O PAIF consiste no trabalho social com as famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direito e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisição das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

As ações de caráter preventivo, protetivo e proativo visam a proteção da vulnerabilidade e risco social da população e auxilia na garantia de acesso aos direitos, a partir do conhecimento do território.

Como descrito na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009, p. 6), as ações do PAIF se realizam:

(...) com famílias que possuem pessoas que precisam de cuidado, com foco na troca de informações sobre questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, o envelhecimento e deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências, expressão de dificuldades e reconhecimento de possibilidades. Tem por princípios norteadores a universalidade e gratuidade de atendimento, cabendo exclusivamente à esfera

estatal sua implementação. Serviço ofertado necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social.

Ações como “acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos” (PAIF, 2012, p. 14), são materializadas através do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade.

A acolhida é a abordagem realizada com o sujeito e “consiste no processo inicial de escuta das necessidades e demandas trazidas pelas famílias” (PAIF 2012, p. 17), pois é nesta etapa que os técnicos têm o contato direto com o indivíduo efetuando uma escuta qualificada. É neste momento que o sujeito expõe as primeiras demandas, iniciando assim um processo de relação e de acompanhamento.

A proposta do trabalho é coletiva, mas no momento em que o sujeito procura o serviço, a atenção está voltada para sua individualidade e posteriormente poderá ser inserido nas ações coletivas que são realizadas por meio de oficinas socioeducativas.

Ainda segundo as orientações técnicas do PAIF (2012, p. 23), as oficinas realizadas com as famílias:

Consistem na realização de encontros previamente organizados com o objetivo de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnico de nível superior do CRAS. A opção de se trabalhar com um conjunto de famílias decorre da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro.

A importância deste grupo reside no fato de promover o diálogo nas famílias além de um entrosamento comunitário.

As oficinas têm o “intuito de suscitar reflexão sobre um tema de interesse das famílias” (PAIF, 2011, p. 23), proporcionando espaços de reflexão que levem possibilidades a estas famílias de superação das situações de vulnerabilidades, a partir das discussões de assuntos ou temas vivenciados no seu território. Isso permite que as famílias compreendam que os problemas vivenciados individualmente podem ser, em grande parte, similares aos vividos por outras famílias.

As ações comunitárias são voltadas para o fortalecimento dos vínculos no território com a participação e dinâmica das famílias, desenvolvendo o sentimento de

sociabilidade e coletividade, buscando prevenir que ocorram situações de vulnerabilidade e risco social.

De acordo com as Orientações Técnicas do PAIF (2012, p. 37) as ações comunitárias:

[...] assumem importante papel na prevenção das potenciais situações de vulnerabilidade e riscos sociais que podem incidir no território, devido ao seu papel na divulgação e promoção do acesso a direitos, por sensibilizar as famílias do território, fazendo-as reconhecer suas condições de vida, suas possibilidades de mudança, as iniciativas já existentes para sua melhoria e a existência de recursos naturais, culturais e econômicos.

Observa-se que de acordo com as normas de orientação técnica do PAIF (2012, p. 38), “as ações devem ser planejadas pelos técnicos de nível superior do CRAS”, entendendo que estes profissionais possuem conhecimento técnico e científico e também da realidade evidenciada pelas expressões multicausais da questão social vivenciada pelas famílias do território.

Ainda de acordo com as normas de orientação do PAIF (2012, p. 41), “as ações particularizadas refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do CRAS à família, algum(ns) membro(s) ou todo o grupo familiar, após a acolhida de modo individualizado”, sendo que o sujeito ou sua família recebem acompanhamento qualificado e específico em função da demanda apresentada.

Esse atendimento é feito de forma reservada por implicar no sigilo das informações enquanto direito a individualidade do usuário, pressupondo que há situações que possam causar constrangimento ao sujeito ao expor sua dinâmica familiar, considerando ainda a importância do sigilo profissional.

No entanto, deve haver por parte da equipe técnica incentivo para que os usuários participem das oficinas, uma vez que o objetivo do programa é baseado na oferta de programas/ projetos de cunho coletivo.

Quando o sujeito apresenta demandas que não são passíveis de atendimento local, são realizados encaminhamentos para outros setores que possam suprir tal demanda, de modo que seja assegurada a promoção e o acesso aos direitos de cidadania.

Sobre a ação de encaminhamento, consta das Orientações Técnicas do PAIF (2012, p. 42):

Os encaminhamentos constituem importantes instrumentos de acesso a direitos e, em consequência, de desenvolvimento social, na medida em que alimentam a formação de uma rede de proteção social com potencialidade de articular os diversos saberes e práticas que apresentem respostas inovadoras à complexidade das situações de vulnerabilidade social.

Os encaminhamentos são realizados formalmente através de documentos que contenham todas as informações necessárias para que o sujeito seja atendido em sua demanda, frisando a importância de uma contrareferência para a continuidade do acompanhamento técnico, inclusive para ter ciência sobre a viabilidade de atendimento no serviço indicado ou ainda, se necessário, o direcionamento para outros serviços.

Desta forma é possível garantir o acesso do sujeito a todos os serviços prestados no âmbito municipal, estadual e da união, possibilitando ainda ao técnico, a identificação e o enfrentamento dos desafios apresentados às equipes.

Para a materialização das ações com as famílias, há um conjunto de diretrizes organizadas para o trabalho social, com direção, planejamento, monitoramento, organização e avaliação que devem ser implementadas:

Em todo o processo de gerenciamento do trabalho social com famílias do PAIF, a participação das famílias usuárias é fundamental, em especial nos eixos planejamento, monitoramento e avaliação. Possibilitar a participação democratiza o serviço, leva a definição de estratégia e conteúdos adequados à realidade das famílias, bem como contribui para o alcance de aquisições por parte dessas famílias, no que concerne a conquista de autoestima política, empoderamento, autonomia e protagonismo(...)para estimular a participação das famílias, recomenda-se a adoção de instrumento simples, tais como registro em tarjetas da avaliação de cada atividade realizada, em que conste a expectativa que foi alcançada e quais demandas não foram atendidas (...) expondo críticas e sugestões de melhorias. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PAIF VOL 2. 2012, p. 84)

Através dos trabalhos realizados com as famílias e as práticas contínuas de enfrentamento das vulnerabilidades existentes nos territórios, é possível uma maior consolidação dos trabalhos no CRAS.

As famílias podem ser inseridas em diversos serviços do PAIF, como oficinas, ações comunitárias e particularizadas e os encaminhamentos, que indicam o usuário ao serviço específico que atende à demanda apresentada por ele.

A presente pesquisa está fundamentada nos trabalhos desenvolvidos com as famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelo PAIF, através dos grupos socioeducativos.

4. A FAMÍLIA E SUAS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES

Ao longo da história, a família assumiu diferentes configurações. Sofreu alterações em sua formação, desenvolvimento, constituição social e econômica, bem como exerceu diferentes papéis sociais, de acordo com cada momento histórico retratado. A família, portanto, se constitui socialmente através de arranjos e em conformidade com o contexto histórico.

De acordo com Miotto (1997, s/p), o conceito mais atual sobre família se trata de um:

[...] núcleo de pessoas que convivem durante um lapso de tempo, mais ou menos longo, que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Sua tarefa primordial é o cuidado e a proteção de seus membros. Encontra-se dialeticamente articulada com a estrutura social na qual se insere.

Posto isto, é possível considerar que família é um grupo de pessoas que vivem juntas por certo período, cabendo aos seus membros a prática de mútua proteção, não havendo necessariamente a exigência de laços de sangue.

Ainda nos dias atuais, o tipo de família predominante em nossa sociedade é a nuclear, mas existem vários outros tipos de família como, por exemplo: ampliada, reconstituída, monoparental e homoparental.

Ao falar sobre a família contemporânea, Zamberlam (2001, p. 148) afirma que:

Atualmente a família, além da função de reprodução biológica, produz também sua própria reprodução social através da função ideológica que exerce ao vincular a introjeção por seus membros, de valores, papéis, padrões de comportamento que serão repetidos pelas sucessivas gerações.

Portanto, é a família o primeiro espaço de convívio no qual identificamos pessoas responsáveis pela transmissão de valores, além da função de proteção e cuidados e, para que possam exercer essas funções, precisa-se também de amparo e proteção dos equipamentos públicos.

4.1 Um Resgate da Família na Década de 60 e a Questão de Gênero

A família considerada tradicional é constituída pela figura do homem, mulher e filhos, em uma sociedade formada pela união de indivíduos com laços sanguíneos. Esses laços são resultantes da descendência e da afinidade que é firmada através do casamento.

A família vai ser a concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida; ela se relaciona com o parentesco, mas não se confunde com ele. O parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consanguinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; a relação de afinidade que se dá através do casamento. Essa é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. A família é o grupo social concreto através do qual se realizam estes vínculos. (SARTI, 1997, p. 40).

Na década de 1960, a família tradicional era aquela em que o homem era o chefe, provedor do sustento da família e responsável por seus integrantes. A mulher por sua vez, era responsável pelos afazeres da casa, tendo a obrigação de cuidar dos filhos, do esposo e de tudo relacionado ao lar, sendo considerada como colaboradora e na condição de submissão ao homem.

Tendo em vista a entrada e ocupação cada vez mais freqüente da mulher no mercado de trabalho, esta passa a assumir novos papéis, ocasionando num processo de reorganização da família. Surge então, em meio a este cenário, um novo

modelo de família, posto que a mulher começa a ser vista de outra forma que não mais a restringia ao papel de colaboradora.

A princípio, a mulher buscava o trabalho para contribuição na renda familiar em função das questões econômicas. A incorporação da importância do trabalho para sua realização pessoal foi agregada em um momento posterior.

Fazendo um recorte histórico, com a revolução industrial, a mulher iniciou sua participação no chamado mundo da fábrica, agregando o trabalho doméstico ao mercado de trabalho, mesmo que em funções e condições de subalternidade.

Embora tida como profissional de segunda categoria desde a revolução industrial, foi necessária a mobilização das mulheres, organizadas em diferentes movimentos, na busca por segurança e proteção dos direitos da mulher trabalhadora, para serem obtidas condições mínimas de trabalho, assim como para as crianças que também era utilizado sua força de trabalho naquele período.

Mas foi na década de 1970 que as mulheres começaram uma luta organizada em defesa de seus direitos. A luta contra todas as formas de opressão a que eram submetidas foi nomeada de feminismo e a organização das mulheres em favor de melhorias no setor social ficou conhecida como movimento de mulheres.

A luta feminina foi uma busca que objetivava construir novos valores sociais, uma nova ordem societária através de democracia e igualdade entre homens e mulheres.

È preciso considerar que, além da participação feminina no mercado do trabalho, um elemento que atuou na forma decisiva na redefinição da posição da mulher, na sociedade, foi às várias correntes do movimento feminista. Ao questionarem os fundamentos das relações entre homens e mulheres, as diversas linhas desse movimento deram legitimidade à luta pela igualdade entre os gêneros e construíram novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade. (ROMANELLI, 1997, p. 77)

As lutas feministas foram imprimindo suas marcas na década de 1970, crescendo a conscientização da categoria feminina pela necessidade de ampliação de direitos, impulsionado pela crescente concentração de mulheres no mercado de trabalho.

A busca pela democratização das relações de gênero persistiu e, com a Constituição Federal de 1988, a mulher conquistou a igualdade jurídica. O homem

deixou de ser o chefe da família e a mulher passou a usufruir, mesmo que formalmente, dos mesmos direitos que o homem.

A inserção do contingente feminino no mercado de trabalho formal de um lado, o agravamento das dificuldades econômicas de outro, complementados ainda com a crescente desvalorização da condição de empregadas domésticas fez surgir, na vila e em muitos outros bairros pobres, um curioso emprego informal: a mulher paga para cuidar de bebês e de crianças menores alheias, no curso do dia. Dessa maneira garante-se o trabalho externo da mãe, na mesma medida em que as outras mulheres, sem nem mesmo deixar sua casa e suas tarefas corriqueiras, colaboram para o aumento da renda familiar. E não é desprezível essa renda: no início deste ano (1993), algumas mulheres cobravam algo entre um e dois salários mínimos. (GOMES, 1997, p. 68)

A luta das mulheres e do movimento feminista tem obtido resultados expressivos, sobretudo a partir dos anos de 2003 com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, onde se criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Esta Secretaria proporcionou suporte às reivindicações do próprio movimento, trazendo à tona questões da sua agenda e envolvendo lutas históricas das mulheres no país.

Diante dessa retratação de mercado, as mulheres buscaram alternativas para voltar ao mercado de trabalho, onde muitas se dispuseram a estudar, agregando valores e conhecimentos para continuar a ter seu espaço na sociedade.

Considerando que estas conquistas aconteceram num contexto de políticas econômicas neoliberais que promovem, dentre outros, a retração do Estado e a regressão dos direitos do trabalho, houve inúmeras implicações no processo de efetivação dos direitos sociais conquistados tão duramente.

Isso significa dizer que lutar contra a opressão de gênero pode não apresentar "um perigo fatal para o capitalismo", correndo o risco tanto de obter conquistas apenas nos seus campos específicos, como o de nem avançar nessas conquistas "caso se mantenham isoladas da luta anticapitalista" (WOOD, 2003, p. 232)

O grande desafio para os sujeitos coletivos na perspectiva da ampliação das suas lutas é a unificação destas lutas, considerando suas agendas particulares, mas entendendo que todos os oprimidos e explorados vivenciam um contexto geral de negação de direitos, totalizante e incontrolável que, segundo Antunes (1999, p. 25), "assume cada vez mais uma lógica destrutível."

A luta por direitos e as ações políticas efetivadas pelo movimento feminista foram e são fundamentais para explicitar as formas de opressão vivenciadas pelas mulheres. Assim, trata-se de um caminho estratégico que pode favorecer a construção de uma nova ordem societária.

A agenda política feminista, numa perspectiva emancipatória, tende cada vez mais a considerar a realidade complexa da desigualdade social e, neste contexto, a violação dos direitos das mulheres se particulariza. É imprescindível fortalecer a luta, não só pela questão de gênero, como também contra as desigualdades postas pelo sistema capitalista.

4.2 As Novas Constituições de Família

As alterações sofridas na constituição das famílias foram resultantes do desenvolvimento da sociedade e que, em última instância, foram engendrados para atender as necessidades de adequação ao sistema capitalista em constante transformação.

Na contemporaneidade, novos hábitos se revelam através dos movimentos feministas, caracterizados pelas lutas das mulheres por direitos feministas, adquirindo conquistas como “eleger e ser elegível; maiores oportunidades de trabalho; direito ao divórcio; como também o direito de exercer o controle sobre o próprio corpo em questões de reprodução, saúde e sexualidade”. (Santana, 2010, p. 79)

Esta nova configuração do papel feminino interfere na função do homem de que até então era o responsável pela manutenção da família.

Na tradicional divisão de tarefas dentro do lar ocorrem modificações importantes: com o trabalho fora de casa, decorrente da inserção feminina no mercado de trabalho, o tempo da mulher para o cuidado dos filhos foi diminuindo e o homem foi mudando seu espaço no interior da família, assumindo inclusive tarefas antes tipicamente femininas. A mulher torna-se mais competente no trabalho, autônoma e competitiva, ao mesmo tempo em que o homem aprende a ser mais cuidadoso e cuidador nas relações. Essas alterações nos papéis sociais levaram a adaptações dos homens e das mulheres, não sem relutância de ambas as partes, pois da mesma forma que foi

difícil para o homem abandonar o papel de senhor absoluto do modelo tradicional de família. (SEMIONATO; OLIVEIRA, 2003, p. 6)

A família dentre suas funções prioriza o amor, a afetividade em sua centralidade, buscando a proteção de seus membros, inclusive na manutenção econômica, além do direcionamento moral, religioso ou político.

Os relacionamentos familiares contemporâneos quer no nível da conjugalidade, quer no nível da lateralidade se baseia na primazia *do amor*, e suas características principais poderia assim ser inumeradas: a) são relações que se valorizam por si mesma e não por condições exteriores da vida social e econômica; b) são relações que primam pelo que podem trazer de bom para cada um dos membros do núcleo familiar envolvidos; c) organizam-se pelo viés reflexivo, no qual a comunicação é aberta e tem base contínua; d) são relações que tendem a se verem mais focadas na intimidade, na cumplicidade e na confiança mútua; e) são relações que transformam a obrigação do contato constante em compromisso ético entre os seus partícipes. (BASTOS; DIAS, 2008, p. 65)

Considerando que todo ser humano vive em sociedade e a primeira instituição do convívio social é a família, é evidente a importância dessa instituição nas relações sociais e na vida emocional e social de seus membros, independentemente das configurações por ela assumidas.

Como já mencionado, o modelo de família predominante em nossa sociedade ainda é a nuclear, composta pelo homem, a mulher e os filhos naturais ou adotivos, porém não vem a ser o modelo fixo de arranjo familiar.

No entanto, novos arranjos ainda vêm sendo construídos como a família ampliada, que está em crescente ascensão devido a questões econômicas e de afinidades.

Família Ampliada: abriga parentes ascendentes ou descendentes. Essa ampliação não se faz somente com os parentes, pois também é comum a presença de amigos e irmãos postíços. Muitas vezes, a coabitação decorre do fato de esse outro não ter onde morar, estar desempregado e precisar de auxílio e/ou para ajudar nos cuidados com as crianças, havendo a cooperação entre os membros. (BARBERÁ et. al. 2007, p. 34 e 35)

Na família monoparental as relações também sofrem rupturas devido às dificuldades enfrentadas por questões econômicas, ou até mesmo, pelo desgaste nos relacionamentos afetivos entre os casais e a função paterna ou materna fica sendo exercida por apenas um dos cônjuges.

Família Monoparental: é chefiada por um dos cônjuges por razão da ausência do outro, em sua grande maioria é chefiada por mulheres. Isto pode ser um fato que acentua a centralidade da relação mãe-filho, já que a mulher tornou-se a provedora. Antes a mãe já estava profundamente ligada aos filhos, pois somente ela era responsável pelos cuidados e afetos. Hoje, somada a estas funções está à tarefa de contribuir para o sustento do lar, ou mesmo ser a única responsável por esse sustento. (BARBERÁ et. al. 2007, p. 34, 35)

Como nos esclarece Zamberlam (2001, p. 136) “a religião não segura mais o casamento e a mulher cada vez menos se submete à relação insatisfatória”.

Observamos que referente à separação, a idéia de fracasso da mulher tão presente na sociedade em um passado relativamente recente, nos dias atuais esta tem maior possibilidade de se colocar no mundo, inclusive pela inserção no mercado de trabalho, evitando a manutenção de um casamento infeliz em função da dependência financeira do companheiro.

Na família reconstituída, a mulher emancipa-se da relação estabelecida, rompe com mais facilidade as uniões e constrói outros relacionamentos. (BARBERÁ et. al. 2007, p.34 e 35) aponta que: “Família Reconstituída: modelo em que têm se por base uma nova união. Exemplo: pai separado com filho casa-se com uma mulher que também já tem filhos”.

A família homoparental na contemporaneidade ainda está em processo de conquistas de direitos, pois se refere a casais do mesmo sexo e, apesar de estarmos no século XXI, ainda são constatados preconceitos e discriminação quanto à união homoafetiva.

Família Homoparental: diferencia-se do status quo patriarcal, em que as relações conjugais e parentais determinavam-se pela diferenciação sexual, marcada pela transformação das relações de gêneros, em que temos casais homossexuais constituindo famílias com pais do mesmo sexo, quebrando assim o modelo clássico de família. (BARBERÁ et. al. 2007, p. 34 e 35)

Logo, a união homoafetiva vem realçar que a família se constitui através dos sentimentos envolvidos, independente do sexo, rompendo com mitos e preconceitos, na construção de novas famílias.

4.3 A Família Como Objeto de Trabalho do Serviço Social

É na família o lugar onde iniciamos nossa vida social e aprendemos as primeiras experiências fundamentais para o desenvolvimento humano, estruturando nossas relações sociais posteriores.

Com o processo de globalização tecnológica das últimas décadas, as famílias passaram por mudanças significativas, agregando vários aspectos negativos nas configurações familiares como: o desemprego, alcoolismo, violência, entre outros, trazendo alterações em seu padrão tradicional e interferindo em sua estrutura.

Desde a Constituição Federal de 1988 e com a consolidação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as famílias ocupam um lugar de destaque na proteção social e nas políticas sociais, incorporando algumas transformações nas famílias contemporâneas por estarem situadas num contexto desfavorável de desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2005, p. 31), “A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio familiar ou vivência familiar”.

O trabalho com famílias traz novas demandas aos profissionais, visto que deles exige conhecimentos aprofundados em relação aos diferentes arranjos familiares, bem como de cabedal teórico capaz de compreender e desmistificar valores, crenças e padrões de comportamento preexistente, tendo como direção maior da atuação a garantia de direitos.

Nesse sentido, Miotto (2004, p. 01) afirma que:

A sua discussão envolve inúmeros aspectos como as diferentes configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como Estado, Sociedade Civil e Mercado, bem como os processos familiares.

A atuação de atenção às famílias faz parte da história do Serviço Social, que buscam condições teórico-metodológicas, técnico-operativo e ético-político para o desenvolvimento de suas ações junto a esta população, de maneira preventiva, educativa e assistencial, para melhor compreender e propor ações capazes de entender a complexidade existente no âmbito familiar.

No entanto, enquanto profissão, o Serviço Social não deve ter uma visão de família limitada, ou mesmo o modelo de família nuclear ideologizado. Essa forma de compreender a família apresenta-se preponderante não só nas ciências sociais, mas também no imaginário coletivo dos profissionais de Serviço Social. Os trabalhos desenvolvidos nessa área, em geral, se concentram nas necessidades individuais do cliente, e o trabalho com famílias se faz dentro de uma perspectiva de equilíbrio e funcionalidade do sistema. O atendimento fragmentado deixa de considerar a família como uma síntese de múltiplas determinações. (FILHO, 2002, p. 58)

O trabalho com famílias se apresenta como uma demanda para o assistente social, explicitados através de algum conflito na sua função social.

O Serviço Social é uma profissão que tem como seu objeto a intervenção nas diferentes expressões da questão social e é no âmbito familiar que se depara com inúmeras demandas que ensejam sua intervenção qualificada, como nos esclarece José Filho (2002, p. 52):

A família como objeto de intervenção do Serviço Social tem ressurgido nos últimos anos como preocupação de órgãos internacionais e governamentais de âmbito nacional, estadual e municipal. Isso se dá a partir da Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo específico – art. 226 – e fixou a família tem especial atenção do Estado inovando consideravelmente os tratos jurídicos, político e social de família.

Embora o Estado tenha responsabilidade sobre as ações protetivas relacionadas à família, são através das sucessivas aproximações e mediações dos profissionais que atuam nas diferentes instituições que esta ação protetiva pode ser efetivada, materializada.

Na mesma direção aponta Iamamoto (2012, p. 28) ao afirmar que:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta

tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Devendo ser o assistente social um profissional inovador, prepositivo, mediador, que busca através de sua atuação traçar estratégias e utilizar-se de conhecimento técnico para trabalhar as potencialidades dos usuários através de diferentes metodologias, desenvolvendo ações em qualquer espaço institucional.

Ainda para Iamamoto (2012, p. 75), o desafio posto ao profissional assistente social é:

[...] re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de proposta que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

Nessa perspectiva, as ações desenvolvidas nos trabalhos com famílias podem ser diversas, dependendo da área de atuação do profissional, como atendimentos emergenciais, necessidades imediatas e eventuais, orientações e informações de serviços em outras áreas (saúde, educação, cultura etc.).

Para José Filho (2002, p. 59):

[...] as ações propostas para a intervenção serão qualitativamente diferentes, pois a família passa a ser considerada um grupo social, um conjunto vivo, com características dinâmicas, contraditórias e cambiantes de pessoas com sua própria personalidade e individualidade.

Como nos ensina Silva (1987, p. 15), as ações voltadas para o atendimento às famílias dos indivíduos que apresentam problemas têm sido enfatizadas desde o início do Serviço Social e se apresentam como uma constante na prática profissional.

Refletir sobre a prática profissional requer inseri-las no conjunto das relações sociais imposta pela desigualdade social. Cabe ao profissional de Serviço Social buscar a qualificação contínua para sua ação de intervenção profissional, atuando na formulação e execução das políticas sociais.

Ao se falar em “prática profissional” usualmente tem-se em mente “o que o assistente social faz”, ou seja, o conjunto de atividades que são desempenhadas pelo profissional. A leitura hoje predominante da “prática profissional” é de que ela não deve ser considerada “isoladamente”, “em si mesma”, mas em seus “condicionantes” sejam eles “internos” – os que dependem do desempenho profissional – ou “externos” – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social. (IAMAMOTO, 2012, p. 94)

Dessa forma, podemos assegurar que o trabalho desenvolvido pelo profissional de Serviço Social com famílias favorece o acesso aos direitos sociais, a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, criando meios para que as famílias cumpram com sua função social.

Deste ponto de vista, o trabalho com famílias determina do profissional uma base teórica fundamentada e exigem a capacitação teórica e metodológica continuada dos assistentes sociais, a fim de que possam apresentar intervenções propositivas.

Torna-se difícil estabelecer uma identidade para o trabalho específico com famílias, pois tal trabalho exige do profissional certas habilidades específicas. Existem experiências profissionais que vão sendo documentadas e socializadas para uma reflexão mais ampla. (FILHO, 2002, p. 60)

Assim o assistente social deve intervir de forma transformadora buscando o autodesenvolvimento da família, que deve ser pensado em sua totalidade, conhecendo sua realidade, atendendo suas necessidades e refletindo sobre os aspectos que fazem parte de seu cotidiano, buscando respostas que supere a imediaticidade, exposta em seu código de ética profissional.

O código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma como valor ético central, o compromisso com a nossa parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos. (IAMAMOTO, 2012, p. 77)

Apesar de todos os avanços e conquistas da profissão, o assistente social precisa ter um olhar crítico para a realidade contemporânea, sendo de sua competência buscar o entendimento a partir de conceitos familiares presentes na sociedade, com uma visão atual e ampliada na garantia de direitos e qualidade de vida dessas famílias.

Particularmente no que diz respeito aos profissionais que atuam na operacionalização do PAIF, especialmente o assistente social, não podem balizar-se no aparente para estabelecer sua atuação e sim, desvelar o que realmente está por traz da imediaticidade presente na fala do sujeito que é acolhido ao serviço, assim como é elucidado nas Orientações Técnicas Sobre o PAIF Vol. 2 (2012, p. 13):

Assim, o fazer cotidiano da equipe de referência do CRAS, ao operacionalizar o PAIF, deve fugir das práticas do senso comum, que sem nenhum tipo de contestação ou indagação, tornam-se crenças imutáveis, que reproduzem ideias carregadas de preconceitos, culpabilizam as famílias por sua situação social e mantêm o *status quo*, impossibilitando movimentos de transformação da realidade. [...] requer profissionais qualificados, aptos a compreender a realidade dada e construir conhecimento, com os quais questionam as estruturas sociais injustas, elaborando estratégias para modificá-las.

É a partir deste olhar, crítico e propositivo, posto aos profissionais de Serviço Social que buscaremos avaliar os resultados do impacto gerado nas participantes da aplicação da metodologia para o autodesenvolvimento com as famílias dos grupos socioeducativos no CRAS do Município de Regente Feijó, partindo da concepção das próprias mulheres e procurando dar voz às mudanças ocorridas a partir da participação nos grupos.

4.4 A Representatividade da Família no PAIF

A evolução da sociedade trouxe consigo novos arranjos familiares, exigindo um novo papel do Estado, destacado no âmbito do SUAS, que se encontra cada vez mais comprometido em atender as demandas apresentadas por esta instituição chamada família, que está em constante transformação.

É desafiador para os profissionais que trabalham diretamente com o PAIF, atender as expectativas e anseios desta população por melhores condições de vida. Objetivando realizar ações transformadoras com as famílias, os profissionais devem estar munidos de conhecimento no que diz respeito às subjetividades que cada uma delas traz ao buscar os serviços.

Como está posto na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (2009, p. 11), são os usuários deste serviço:

Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS, em especial:

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

Portanto, é importante frisar que os serviços disponibilizados às famílias no âmbito do CRAS devem ser direcionados não para a imeditividade da demanda apresentada, mas sim para atender a real necessidade da família dentro das suas fragilidades.

Lembramos também que as famílias são referenciadas ao serviço de acordo com o território de abrangência do CRAS dentro da sua capacidade de atendimento, sendo esta delimitação necessária para que haja eficiência no serviço prestado à população daquele território, com a presença do Estado neste espaço.

O território além de expressar a realidade social da família, também direciona estrategicamente os serviços prestados pelo CRAS. E de acordo com as Orientações Técnicas do CRAS (2009, p. 15), no que diz respeito a território:

Destaca-se que território não se restringe à delimitação espacial. Constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade. Nessa direção, as características de relacionamento social predominantes, que por sua vez são diretamente influenciados pelos contextos social, cultural e econômico do território. É no território que se evidenciam as contradições da realidade: os conflitos e desigualdades que perpassam e resignificam as relações familiares e comunitárias.

É razoável admitir que, das famílias referenciadas pelo território, nem todas apresentem demanda para o CRAS. É preciso um olhar sensível e cauteloso para não estigmatizar estas famílias que necessitam de proteção, direcionando os trabalhos de forma a contemplar as necessidades reais do público alvo do trabalho.

Cada família vivencia suas dificuldades e diversidades conforme seus arranjos e sua possibilidade de sobrevivência, como sujeitos que expressam cotidianamente as situações de vulnerabilidade social decorrente da exposição pobreza, da escolarização precária e/ou analfabetismo, do desemprego e/ou emprego informal, pela ausência de saúde, habitação, do acesso mínimo ou inexistente aos serviços públicos essenciais, dentre outros tantos fatores que expressam a fragilidade a que estão expostos como expressões da questão social.

Embora, ao longo de sua trajetória, a família vivencie situações adversas, o papel dos serviços prestados pelo CRAS, especificamente o PAIF, é exatamente propor medidas protetivas visando reduzir essas vulnerabilidades.

As Orientações Técnicas Sobre o PAIF (2012, p. 43) objetiva:

[...] fortalecer a função protetiva de cada um dos membros da família e dela como conjunto, ao desenvolver ações com a finalidade de identificar e combater ideias preconceituosas, estigmatizantes e discriminatórias. Desta forma, pretende auxiliar cada membro do grupo familiar a reconhecer e respeitar as especificidades e particularidades de cada um de seus componentes, em especial: aqueles em decorrência do ciclo de vida, orientação sexual, questão de gênero, da incidência de algum tipo de deficiência, doença mental, dependência química, entre outras peculiaridades à diversidade humana.

Para alcançar tais objetivos é necessário um contingente de esforços profissionais e do Estado visando cumprir as propostas estabelecidas pelo serviço, envolvendo também ações conjuntas as redes sociais e socioassistenciais que possam corresponder aos anseios dos sujeitos que utilizam o equipamento.

“As redes sociais de apoio são compreendidas nas relações de amizade, vizinhança, apadrinhamento, entre outros tipos de vínculos de caráter simbólico e afetivo [...]” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 45), que estreitam laços com a família onde o Estado não consegue intervir.

Ainda relacionando a prevenção no PAIF busca-se “[...] ações que proporcionem às famílias o reconhecimento dos aspectos positivos e das

potencialidades de vivência em família, prevenindo, assim, a ruptura dos seus vínculos” (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PAIF, 2012, p. 45).

É sobre essa proposição de reconhecimento das potencialidades da família e fortalecidas através da participação das mulheres nos grupos socioeducativos, a partir da utilização da metodologia “Plug and Play” que trataremos o próximo capítulo.

5. O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DO MUNICÍPIO DE REGENTE FEIJÓ

O município de Regente Feijó, de acordo com o último censo do IBGE (2010, s/ p.), possui 18.494 habitantes com uma população estimada para o ano de 2013 de 19.468, sem estimativas para 2014, conforme a pesquisa.

A implantação do CRAS em Regente Feijó deu-se pela necessidade de adequação das exigências do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) à Política de Assistência Social, alterando o nível de gestão do município para proteção social básica.

A Divisão Municipal de Assistência Social em parceria com a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Unesp de Presidente Prudente no ano de 2010, realizou o projeto de extensão “Processamento, Conferência, Mapeamento e Análise dos Dados do IDF – Índice de Desenvolvimento das Famílias para a elaboração de Políticas Públicas em Regente Feijó - SP”, desenvolvido com o objetivo imediato de mapear a territorialização do CRAS e as áreas de vulnerabilidade e risco social de todo o município.

Segundo Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009, p. 09):

A oferta de serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vive, suas necessidades,

potencialidades, bem como do mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes.

A partir de então, o processo de implantação do CRAS foi parte integrante do Plano Municipal de Assistência Social, assim como sua área de instalação e sua capacidade de atendimento, como prevê a NOB – SUAS. O projeto foi encaminhado ao gestor municipal contendo todos os dados coletados na pesquisa realizada pela UNESP, juntamente com os dados históricos dos trabalhos desenvolvidos pela gestão da assistência desde sua implantação no município até aquela data.

A implantação do serviço concretizou-se em 17 de novembro de 2010, sendo o CRAS localizado no bairro Vila Assunção, tendo como cobertura o bairro e estendendo-se também a: Vila Esperança, Jardim Regina, Nosso Teto I, II e III, Felipe Antenor Malacrida e Jardim Alto da Boa Vista.

Os critérios para a instalação do CRAS, de acordo com as Orientações Técnicas do Centro de Referência de Assistência Social (2009, p. 61), seguem as seguintes condições:

Famílias referenciadas até 2.500, capacidade de atendimento anual 500 famílias, equipe de referência: dois técnicos com nível médio e dois técnicos com nível superior, sendo um assistente social e outro preferencialmente psicólogo, devem contar com um coordenador de nível superior, concursado, com experiências em trabalhos comunitários e de gestão de programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais.

Atualmente a equipe do CRAS de Regente Feijó/SP é composta por: uma psicóloga (que acumula o cargo de coordenadora), uma assistente social, uma agente administrativa, uma orientadora social, uma profissional de serviços gerais e estagiárias dos cursos de Serviço Social (duas) e de Psicologia (uma).

Os serviços ofertados no gerenciamento dos programas de transferência de renda das famílias referenciadas no território, concentram-se no Ação Jovem e no Renda Cidadã (governo estadual) e na inclusão no Cadastro Único (governo federal).

Na oferta dos serviços da proteção social básica estão direcionados ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para o Idoso, que se destacam nos trabalhos desenvolvidos.

O CRAS também realiza encaminhamento à rede de serviços socioassistências (saúde, educação, esporte, cultura, instituições não governamentais) do município, além de trabalhos relacionados à sua própria dinâmica.

Dentre estes serviços, destaca-se os grupos socioeducativos, realizados pela equipe a partir da perspectiva do PAIF, contando com grupos destinados às mulheres chefes de família e seu núcleo familiar pertencente ao território abrangido pela instituição. Os encontros são realizados semanalmente e quinzenalmente, sendo planejados diretamente com o intuito de atender com qualidade ao público ao qual se destina.

No que se refere ao PAIF, à equipe do CRAS implantou no ano de 2011 uma nova metodologia de trabalho chamada "Trabalho Socioeducativo com Famílias: Metodologia Social PLUG AND PLAY para o Autodesenvolvimento".

Essa metodologia foi desenvolvida pela assistente social Valderês Maria Romera¹, que ministrou uma capacitação de dois dias para os profissionais do município, através da empresa Trevisan Assessoria e Consultoria e, posteriormente, foi convidada pela gestora da assistência social a prestar assessoria à equipe técnica do CRAS.

Segundo Romera (s. d., s. p.):

O trabalho socioeducativo, por sua vez, não é recurso tecnicista ou mágico, nem pode ser concebido desenraizado da função social da família em uma

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1981) e mestrado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (2003). Atualmente é professora no Centro Universitário "Antonio Eufrasio de Toledo" de Presidente Prudente, na graduação e pós graduação. Atua com assessoria na área de gestão social e trabalho social com famílias, principalmente, nos seguintes temas: demandas sociais - diagnósticos sociais - monitoramento e avaliação, elaboração de projetos - plano plurianual - assistência social - conselhos municipais e tutelar e questão social.

sociedade que alcança o futuro numa rapidez sem precedentes na história da humanidade, requisitando igualmente, a urgência de novas práticas sociais que gerem novos modos de vidas compatíveis com a velocidade das mudanças que configuram o breve presente dessas famílias presas nas teias de reprodução das subalternidades.

Diante desta colocação e por compartilhar deste entendimento, em relação ao trabalho com famílias, foi manifestado pela equipe técnica social e pela gestora de assistência do município, o interesse em desenvolver esta metodologia no PAIF, tendo em vista a necessidade de implantar um trabalho com as famílias do território de acordo com as normatizações vigentes e ofertar um serviço que atenda as demandas territoriais.

Para tanto a preocupação dos profissionais era direcionada para desenvolver ações com os grupos familiares e seus sujeitos para que estes se tornassem cada vez mais autônomos sabendo como, quando e onde buscar melhor qualidade de vida familiar e social, ou seja, na efetivação dos seus direitos enquanto cidadãos.

Sobre a metodologia, Romera (s. d., s. p.) nos ensina que:

Esta é uma metodologia que foi criada como meio para a aplicabilidade em trabalho socioeducativo de autodesenvolvimento social, especialmente, com famílias que têm baixo nível de participação nos programas de inclusão social e apresentam dificuldades em mudar valores e, conseqüentemente, modos de vida, apesar de estarem vivenciando situações de vulnerabilidades e riscos sociais.

Neste caso, a utilização da metodologia em questão deve ser aplicada em conformidade com as demandas apresentadas pelo sujeito de maneira que possibilite ao profissional as adequações necessárias para o bom desenvolvimento dos grupos, como também, estudos teóricos e metodológicos aplicando à práxis profissional para compreensão dos mesmos no planejamento e monitoramento das atividades realizadas.

Ainda segundo Romera (s. d., s. p.):

A metodologia social, aqui apresentada, é difundida por meio de uma habilitação de modo plug and play^[1] para os técnicos sociais que atuam com famílias que tendem a reproduzir padrões de comportamento, que evidenciam a fragilização sua função protetiva e tendem a reproduzir um círculo vulnerabilidades que afetam a geração futura. Esta metodologia é um meio, já testado, que consegue colocar estas famílias em um curso de mudanças porque as ajuda a construir referências necessárias para a responsabilização pelos que estão aos seus cuidados.

No que diz respeito à aplicabilidade da metodologia, foram necessárias ações concretas e de fácil compreensão pelos sujeitos em diferentes contextos. A autora estruturou os conteúdos de forma flexível de modo que houvesse aproximações sucessivas dentro de um espaço temporal em que os sujeitos teriam a possibilidade de compreender o meio onde vivem e as situações em torno de sua realidade social e familiar.

Para tanto Romera (s. d., s. p.) utiliza:

Parâmetros operacionais – A metodologia é composta por três movimentos denominados de 1, 2 e 3, organizados por meio de eixos com conteúdos específicos que permitem aos Técnicos Sociais o planejamento, a execução, o monitoramento e a visibilidade das mudanças construídas junto às famílias participantes.

Diante do exposto, em relação aos movimentos, podemos compreender que esta dinâmica construída pela autora pressupõe que os sujeitos participantes dos grupos socioeducativos, assim como os técnicos sociais, fazem parte deste movimento homogêneo que possibilita um profundo desvelamento da realidade social e gradativamente a superação das vulnerabilidades sociais vivenciadas por eles e seu entorno, entendendo-se que os trabalhos são projetados para o desenvolvimento familiar e social.

É importante frisar que os conteúdos que se encontram imbricados na metodologia são baseados numa rede de proteção social básica fortalecida, posto que nenhum serviço seja auto-suficiente o bastante para ser desenvolvido isoladamente,

visto que estamos tratando de famílias possuidoras de direitos e deveres e que devem ter acesso a todas as políticas públicas.

No que se refere aos movimentos, na formatação das atividades, o desenvolvimento é feito a partir de eixos de ação que têm por base as expressões da questão social que se apresentam através de demandas múltiplas, tomadas de uma série de complexidades a serem atendidas na imediatidade e nas ações sócio-profissionais, sendo que em ambos os casos se faz necessário que o profissional esteja habilitado através de conhecimentos para identificá-la e efetuar seu devido direcionamento.

Atualmente existem cinco grupos em acompanhamento, divididos em diferentes fases e denominadas de “movimentos”. Partes das integrantes dos grupos estão participando das atividades ofertadas pelo CRAS desde que foram iniciados os trabalhos com famílias.

De acordo com informações prestadas pelos profissionais que atuam nos grupos socioeducativos, ao longo do tempo alguns grupos que iniciaram suas atividades em períodos distintos, acabaram sendo reagrupados em razão da saída de algumas mulheres pelo ingresso no mercado de trabalho ou ainda por não terem se identificado com o trabalho em grupo.

A seguir será apresentada a metodologia da pesquisa realizada.

5.1 Metodologia da Pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo apresentar o trabalho desenvolvido através da “Metodologia Social Plug and Play para o Autodesenvolvimento” com as mulheres participantes dos grupos socioeducativos realizados no PAIF, ofertado pelo CRAS - Vila Assunção em Regente Feijó-SP, buscando apreender e revelar, a partir da compreensão das participantes, as mudanças relacionadas.

Cabe esclarecer que a presente pesquisa será aplicada às mulheres do grupo “Lírio do Campo”, nome por elas escolhido, que participaram dos movimentos I e II. Atualmente participam do movimento III, porém este terceiro movimento não será abordado nesta pesquisa.

Para a realização deste estudo, buscamos nos referendar sobre o disposto por Chizzotti (2010, p. 16), ao esclarecer sobre um determinado problema:

[...] depende das fontes de informação sobre o mesmo. As informações podem provir de observações, de reflexões pessoais, de pessoas que adquiriram experiências pelo estudo ou participação em eventos, ou, ainda, do acervo de conhecimento reunidos em bibliotecas, centros de documentação bibliográfica ou qualquer registro que contenha dados. A utilização adequada dessas fontes de informação auxilia o pesquisador na delimitação clara do próprio projeto, esclarece aspectos obscuros da pesquisa e o orienta na busca da fundamentação e dos meios de resolver um problema.

A escolha do tema abordado surgiu a partir de um diálogo estabelecido entre uma das integrantes deste grupo de pesquisa, que trabalha no CRAS com a assistente social que atua na aplicação da metodologia em questão.

Durante o percurso do estágio, a profissional foi demonstrando a importância do trabalho realizado com as mulheres do grupo através da aplicação da “Metodologia para o Autodesenvolvimento” e as visíveis e significativas mudanças observadas em determinadas integrantes do grupo.

Esta vivência tão significativa despertou o interesse em realizar um estudo aprofundado em relação aos resultados da aplicação da metodologia, a partir da percepção das mulheres que participaram dos grupos, nos movimentos um e dois.

A abordagem escolhida foi à qualitativa, definida por Paulilo (1999, p. 1) como aquela que:

“[...] trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequar-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada,

portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna”.

De acordo com a autora, a pesquisa qualitativa é usada para entender a complexidade dos acontecimentos junto ao indivíduo ou determinado grupo.

Para buscar melhor compreensão do objeto aqui estudado, utilizamos de revisão bibliográfica acerca dos temas centrais da pesquisa: como o Contexto Histórico do Serviço Social e das Políticas Sociais, o Sistema de Proteção Social Básica, a Família e suas Diferentes Configurações.

Visando o entendimento desse universo pesquisado, foi realizada uma pesquisa de campo para conhecer o perfil das mulheres participantes do grupo socioeducativo.

Para tanto, utilizamos o questionário para a coleta dos elementos necessários para responder às perguntas da pesquisa, a partir do entendimento de GIL (2011, p. 121):

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento, crenças, sentimentos valores. Interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento, presente ou passado etc.

O questionário foi composto de questões fechadas e dividido em duas partes: a primeira foi composta por questões direcionadas ao levantamento do perfil das pesquisadas e a segunda parte buscava investigar sobre possíveis vulnerabilidades (preconceito, uso de drogas etc).

A amostra inicial era composta por 15 usuárias, no entanto, a aplicação do questionário foi realizada em 14 mulheres do grupo, visto que uma delas não foi localizada.

Os encontros para a aplicação do instrumental foram previamente marcados e sua aplicação foi realizada parte na instituição e parte na residência delas, de acordo com a conveniência das entrevistadas.

Com a intenção de aprofundar o entendimento dos resultados da aplicação da metodologia, a partir do entendimento de uma das pesquisadas, utilizamos a história de vida focal.

Conforme CHIZZOTTI, (2010, p. 95) “a história de vida é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes”.

Para a aplicação da história de vida, foi convidada uma participante do grupo que durante as reuniões socioeducativas mostrava-se bastante comunicativa, tendo a mesma conduta durante a aplicação do questionário.

Para a realização da entrevista aprofundada, a pesquisada foi convidada a dirigir-se até a instituição em uma sala reservada do CRAS. O processo foi gravado na íntegra, com a devida autorização da pesquisada e posteriormente transcrito e devidamente analisada.

A seguir passaremos a apresentar os resultados da pesquisa.

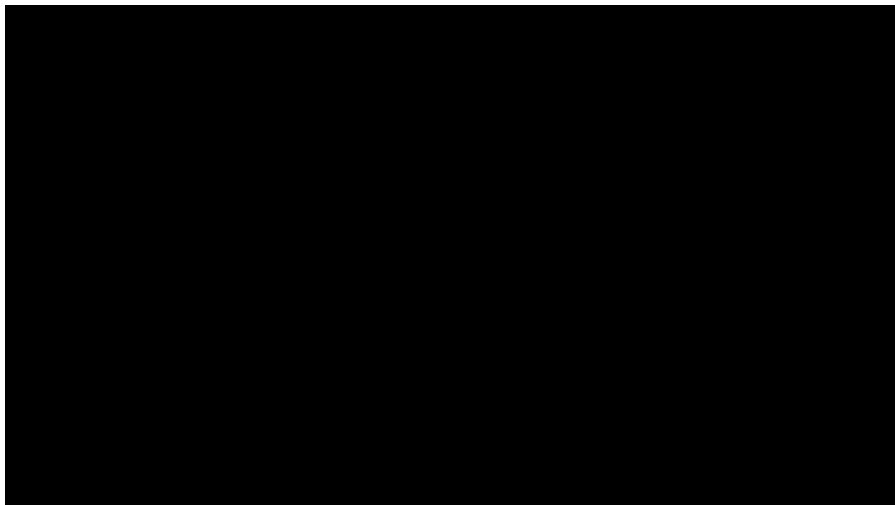
5.2 Perfil das Mulheres que Participam do Grupo Socioeducativo “Lírio Do Campo” do CRAS de Regente Feijó

Para análise do perfil das mulheres participantes do Grupo Socioeducativo “Lírio do Campo”, foi aplicado o questionário na totalidade da amostra, ou seja, em 14 pesquisadas. Quanto à história de vida, os relatos foram coletados com uma participante que aqui será referida como “Luciana²”.

² O nome “Luciana” é fictício, sendo utilizado para a preservação da identidade da pesquisada.

De acordo com os dados obtidos, nos foi possível fazer apreensões sobre a vida e a história dessas mulheres, que passaremos a apresentar à seguir.

GRÁFICO 1 – Faixa etária das mulheres que participam do grupo.



Fonte: Dados obtidos através de questionários aplicados.

Ao analisarmos os dados do gráfico 1, relacionados à faixa etária das pesquisadas, podemos concluir que o maior número (43%) das participantes são mulheres que estão em uma faixa etária entre 30 a 39 anos, idade que remete a um período bastante ativo da vida, seja pessoal ou profissional.

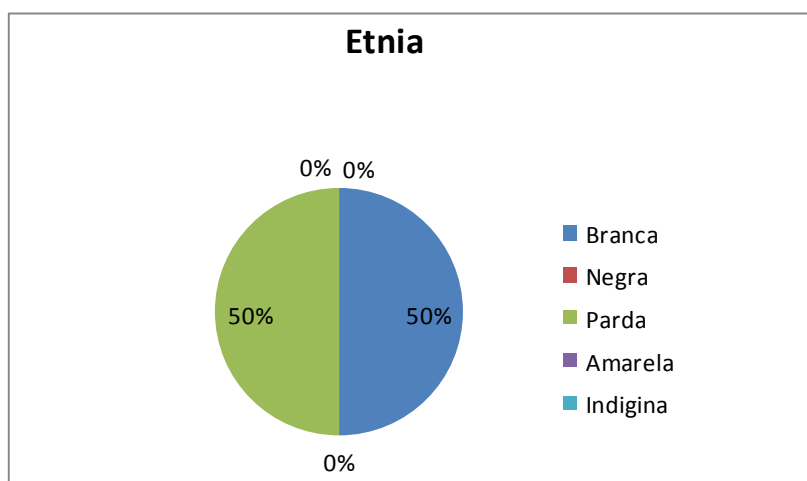
As pesquisadas pertencem, em sua maioria, a uma faixa etária em que se tem plena capacidade produtiva. De acordo com dados do IBGE (2012), em 2011, 63,9% das mulheres que estavam no mercado de trabalho tinham entre 25 e 49 anos.

No entanto, a inserção no mercado de trabalho, ainda que na idade em que há maior oferta de emprego, está diretamente atrelada a fatores como a escolaridade e a capacitação profissional. A ausência destes elementos dificulta sobremaneira a inserção dessas mulheres ao mercado de trabalho.

Com o processo de industrialização e os avanços de inovações tecnológicas causaram profundas mudanças no mundo do trabalho, exigindo cada vez mais um profissional qualificado e capacitado.

No entanto, devido a fatores como a baixa escolaridade e a falta de capacitação profissional dificultam a inserção dessas mulheres ao mercado de trabalho.

GRÁFICO 2 – Etnia das mulheres que participam do grupo:



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

No Gráfico 2, verifica-se uma paridade entre o número de mulheres brancas e pardas, ambas com 50%. A constituição do grupo reflete as características de nosso país, como sendo um país miscigenado.

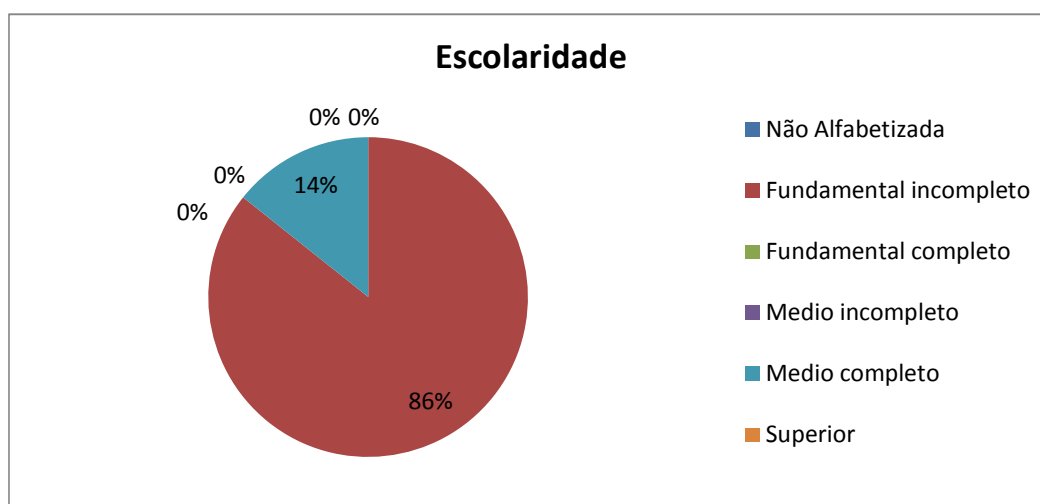
Como reafirma Hasenbalg (1979, p. 246):

Num certo sentido a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não-branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com

que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção.

Claro está que a sociedade brasileira foi formada, desde sua constituição, por diferentes raças e etnias e esta mistura está presente em todas as relações que envolvem a sociedade contemporânea, inclusive com a presença de conflitos e preconceitos advindos desta diversidade. No entanto, embora importante, este tema não será objeto de estudo na presente pesquisa.

Gráfico 3 – Escolaridade das mulheres que participam do grupo.



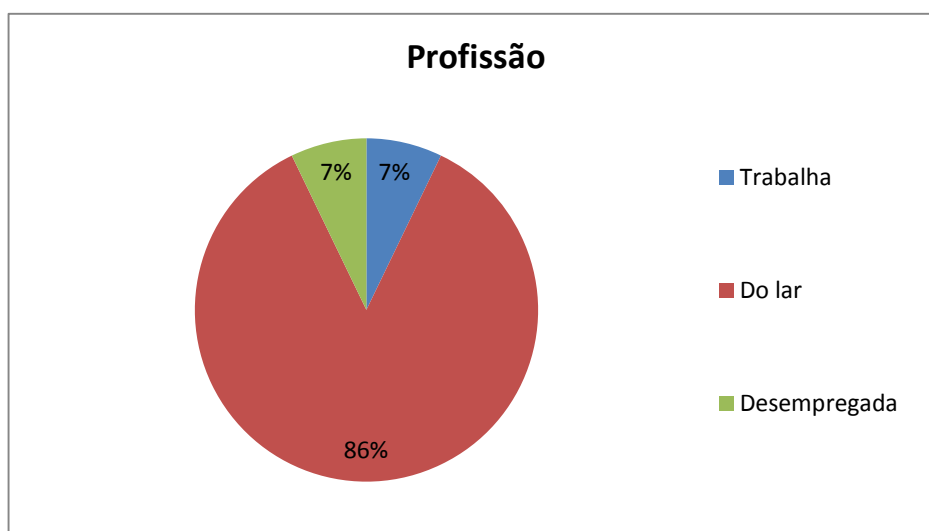
Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

No que tange a escolaridade das mulheres, o Gráfico 3 esclarece que 86% das entrevistadas possuem apenas o ensino fundamental incompleto, ou seja, com uma média de permanência escolar de menos de oito anos.

Verificamos que 14% possuem o ensino médio completo, com permanência escolar em média de 11 anos. Cabe ressaltar, que esses anos de estudo não incluíram a pré-escola, sendo que já existia, porém não obrigatória.

Os dados nos mostram que a maioria das mulheres pesquisadas possuem baixa escolaridade, implicando na pouca ou inexistente qualificação para o mercado de trabalho. Esse quadro que reduz significativamente as oportunidades para o emprego, representando um fator dificultador para a inserção nesse campo amplo, como demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 4 – Profissão das mulheres que participam do grupo:



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

Em relação à profissão, 86% as mulheres pesquisadas são do lar, enquanto que apenas 7% trabalham em atividade remunerada, especificamente com reciclagem.

Como mencionado no Gráfico 1, a maioria das entrevistadas encontram-se em idade ativa para a vida pessoal e profissional que, associado ao baixo nível de escolaridade demonstrado no Gráfico 3, remetem à dificuldade de acesso ao mercado de trabalho qualificado.

Assim sendo, sabemos que as mulheres estão postas, historicamente, em situação de inferioridade em relação aos homens e por muito tempo não tiveram o poder de escolha em relação a que profissão seguir, destinadas a serem donas de casa, reproduzindo por longo tempo a vivência de suas progenitoras.

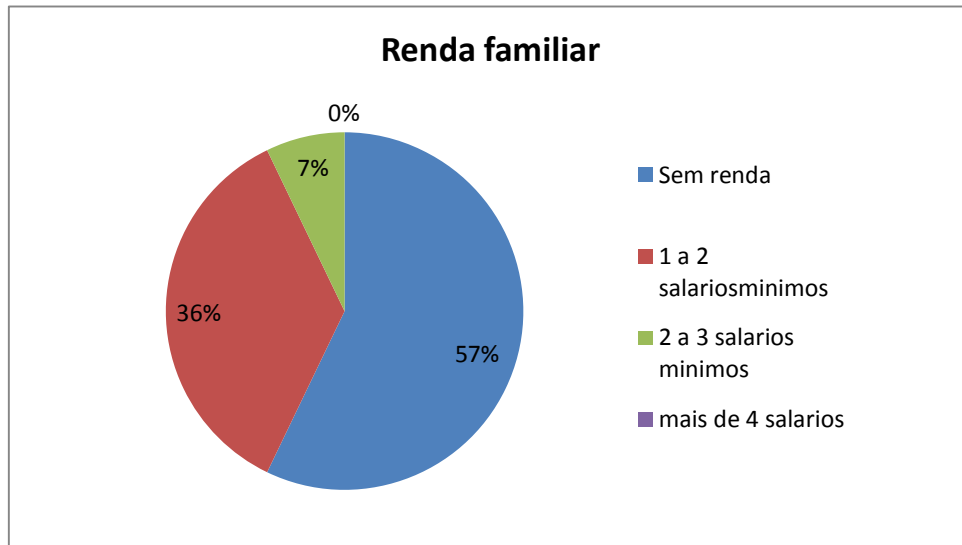
Mesmo rompendo barreiras, ao adentrar ao mercado de trabalho, a mulher era destinada a funções de menor qualificação profissional, além de acúmulo de atividades no âmbito doméstico.

Como nos esclarece Antunes (2011, p. 119):

Nessa divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, a maioria das atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são realizadas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas adotadas de menor qualificação e frequentemente fundadas em trabalho intensivo destinam-se sobretudo às mulheres trabalhadoras e, também com muita frequência, aos trabalhadores/ as imigrantes e negros/as. E, ainda mais através da duplicidade do ato laborativo, a mulher trabalhadora é duplamente explorada pelo capital, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo. Além de atuar crescentemente no espaço público, fabril e de serviços, ela realiza centralmente as tarefas próprias do trabalho doméstico, garantindo a esfera da reprodução societal, esfera do trabalho não-diretamente mercantil, mas indispensável para a reprodução do sistema de metabolismo do capital.

Esse contexto apresentado tem ressonância na história das mulheres pesquisadas, interferindo diretamente na vida atual destas que, somada à falta de oportunidade, resulta na baixa escolaridade, sendo levadas ao trabalho não remunerado de donas de casa, sem a chance para se ter uma qualificação profissional.

GRÁFICO 5 – Renda familiar mensal das mulheres que participam do grupo:



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

Na avaliação dos dados socioeconômicos, 57% das mulheres não apresentam renda familiar fixa, 36% tem renda de um a dois salários mínimos, 7% de dois a três salários e não existem famílias com mais de 4 salários mínimos. Cabe salientar que a pesquisa refere-se à renda familiar e não apenas a renda da mulher.

Como foi ilustrado no Gráfico 4, a maioria das mulheres se declaram do lar, esporadicamente exercendo funções como diaristas de modo que consigam uma atuação rápida para suprir determinada situação financeira da família em adquirir algum bem ou segurança alimentar.

Este quadro nos remete a pensar sobre uma inserção precarizada dessas mulheres no mercado de trabalho, associada a renda familiar reduzida, além de outros fatores já mencionados, expressam a vulnerabilidade social a que as mulheres pesquisadas estão submetidas.

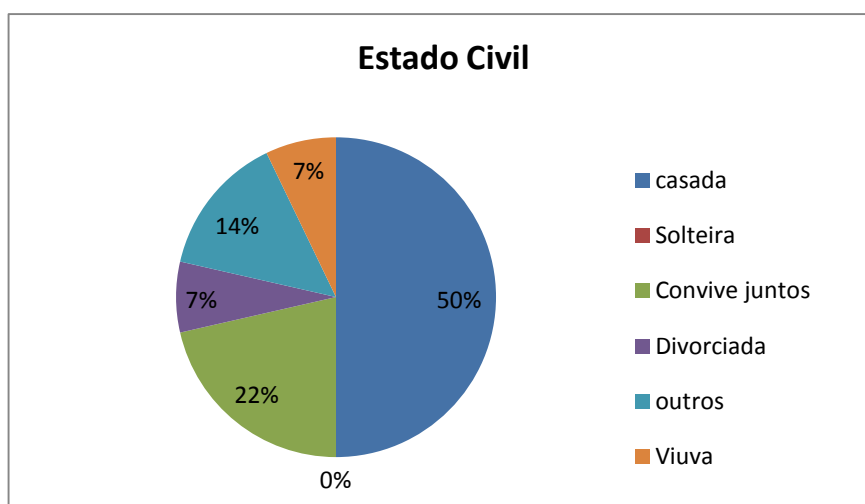
A vulnerabilidade social, de acordo com PNAS (2004, p.33):

[...] a vulnerabilidade social é decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou à fragilização dos vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social

(discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras.

Esse quadro de vulnerabilidade, associado a outros fatores, pode levar as mulheres a situações de dependência e dificuldade de romper, inclusive com situações de violência e submissão, tendo muitas vezes, apenas a inserção em programas de transferência de renda como forma de suprir suas necessidades primárias de sobrevivência.

GRÁFICO 6 – Estado Civil das mulheres que participam do grupo:



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

A inexistência de mulheres solteiras é motivada pelo fato dos grupos socioeducativos aqui pesquisados, terem como referência mulheres que convivem com seus companheiros (ou enquanto chefes de família), como está elucidado nas demais porcentagens.

É possível verificar pelo Gráfico 6 que o estado civil atual das mulheres do grupo, na maior parte 50%, são casadas legalmente e as demais vivem em diferentes

arranjos conjugais (convivem juntos; outros etc). Diante deste dado podemos observar que as uniões mencionadas estão adequadas predominantemente ao modelo tradicional de arranjo familiar.

Isso nos remete ao papel socialmente atribuído à mulher: unir-se a um homem e ser a cuidadora do lar e dos filhos.

De acordo com Teles e Melo (2002, p. 28 e 29), “a mulher foi obrigada a restringir sua vida às necessidades exclusivas da família”. Neste sentido, na sociedade patriarcal, a mulher tinha o dever de cuidar dos afazeres em casa, com o marido e os filhos e não tinha escolha em querer ter outro estilo de vida, devia ser responsável apenas pelas atividades domésticas.

Na mesma direção apontam Carmo e Moura (2010, p. 1):

Esse papel de submissão ao homem, primeiro ao pai e depois ao marido, impediram a mulher de enxergar a si mesma como um ser “livre” capaz de “andar com suas próprias pernas”. Quase todas as decisões que lhe diziam respeito deviam passar pela autoridade masculina, sem sequer ser consultada sobre sua opinião ou desejo, muitas vezes era simplesmente “comunicada” do papel social ou familiar que deveria cumprir.

Embora muitas conquistas tenham sido agregadas à mulher, para muitas, essa situação de subalternidade ainda parece ser naturalizada. Esse quadro parece adequar-se às expectativas iniciais de Luciana:

“Eu me casei tinha 15 anos, engravidei do meu menino, o pai do meu menino me largou, conheci outro rapaz que parecia ser muito bom, casei com ele e vivi 12 anos, mas foram 12 anos de sofrimento, apanhava muito, era muito judiada, mas achava normal porque a minha mãe já apanha muito, então eu achava normal, eu era daquela pessoa assim, a quando ele parar vai melhorar, tem um dia que ele vai melhorar é porque ele está bebendo, mas embora não era a bebida, eu acho que era dele mesmo agredir e por eu ver o meu pai agredir a minha mãe então eu achava normal, ai vivi 12 anos com ele fiquei 1 ano sozinha e conheci outro rapaz que tava morando com ele, com 3 anos ele começou a judiar de mim só que eu também ficava quieta por vergonha, porque ó você já largou de um que bate e ai pegou outro que bate é ruim, você falar ó eu estou com outra pessoa que faz a mesma coisa”

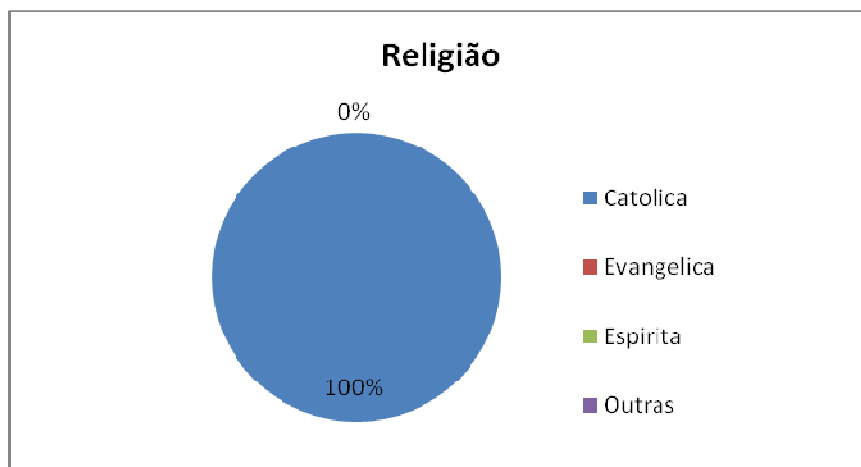
A situação relatada por Luciana, nos remete ao curta metragem “Vida de Maria”, produzido pelo diretor Marcio Ramos, que retrata a reprodução da vida através de gerações e a perpetuação da vulnerabilidade social.

Conforme Gueiros (2010, p. 129 e130):

Uma análise cuidadosa das questões apresentadas por indivíduos e famílias pode evitar também julgamentos precipitados sobre seus modos de vida. É interessante que se indague, por exemplo, quais são os motivos que levam uma mulher-mãe a buscar, de forma repetitiva, novos parceiros. Seria essa uma tentativa de obter proteção em territórios cuja violência é muito grande? Ou seria também uma forma de conquistar, por meio da troca afetiva, algum fortalecimento para enfrentar as agruras de seu dia a dia? Será que o homem continua ocupando, nesse segmento social, o papel de principal mediador entre a família e o meio social imediato? Presumimos que o exame dessa e de outras questões pode contribuir para que o profissional efetive ações concernentes às demandas da população usuária daquele dado programa ou serviço.

O retrato da vulnerabilidade das mulheres pesquisadas está expresso no relato de Luciana e também na análise associada com os Gráficos 3, 4 e 6, cujo quadro predominante nos revelam donas de casa, com pouca escolaridade e ausência de preparo para o mercado de trabalho, retrato da vulnerabilidade social a que muitas mulheres estão constantemente submetidas e com poucas chances de escrever novas histórias sozinhas; é preciso que haja um apoio de políticas públicas.

GRÁFICO 7 – Tipo de religião praticada pelas mulheres:



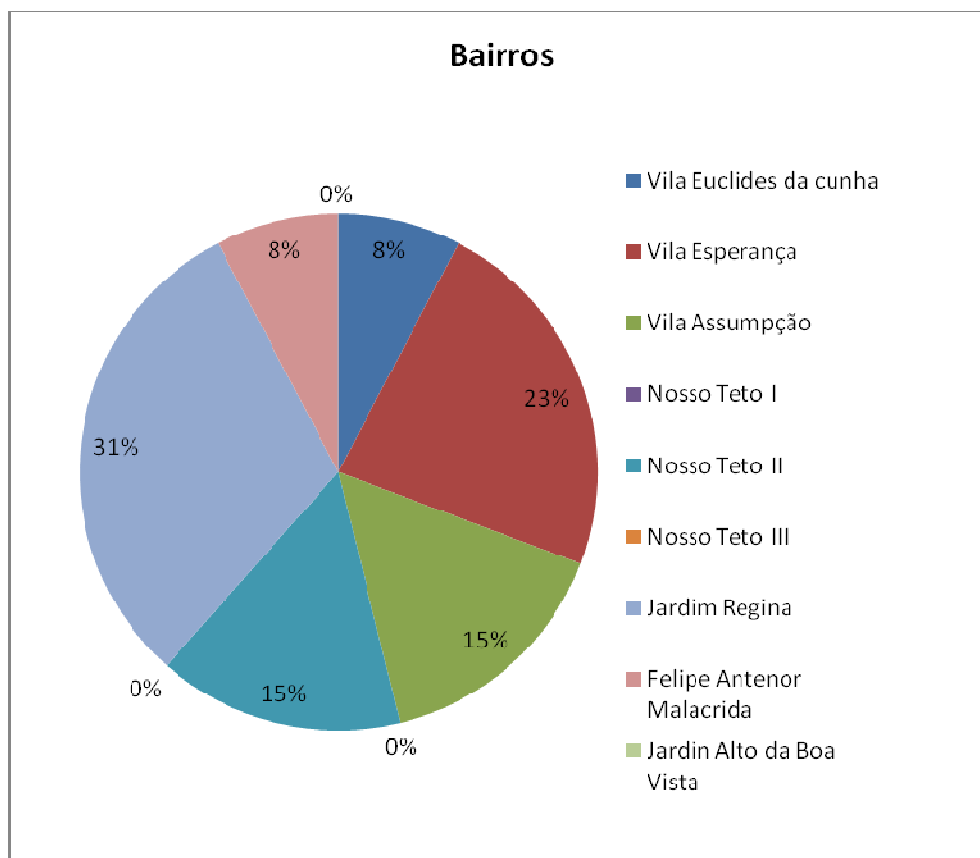
Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

Do presente Gráfico, depreende-se que há 100% de predominância de uma única religião: a católica.

Apesar dessa manifestação religiosa ser única, é pertinente mencionar que questões relacionadas à religião não interferem nas discussões e no andamento das atividades, tendo em vista que a metodologia utilizada visa dar concretude as demonstrações do cotidiano dessas mulheres.

Bem sabemos que a religiosidade tem grande influência na vida e escolhas das pessoas, manifestas de diferentes formas, no entanto, apenas colocamos o gráfico como parte constituinte do perfil das pesquisadas, sem nos determos ou aprofundaremos o significado da religião para as mulheres pesquisadas.

GRÁFICO 8 – Bairros onde residem:

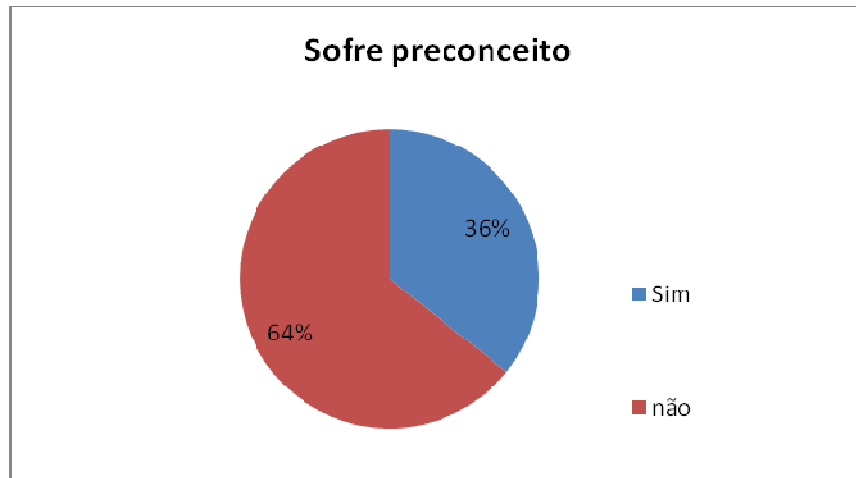


Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

O Gráfico 8 relaciona todos os bairros referenciados do CRAS. Cabe esclarecer que não há mulheres que participam dos grupos residentes nos bairros: Jardim Alto da Boa Vista, Nosso Teto I e Nosso Teto III.

É possível inferir a partir do gráfico 8, que o maior número das participantes (31%) residem no bairro Jardim Regina, que possui alto índice de vulnerabilidade social e cuja concentração de renda é considerada baixa, seguido pela Vila Esperança onde vivem 23% das mulheres pesquisadas, sendo um bairro ainda mais vulnerável.

GRÁFICO 9 – Sofre preconceito em relação ao bairro onde mora:



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

Analisando o Gráfico, percebemos que 36% das participantes já sofreram algum tipo de preconceito em relação ao bairro onde moram.

O Gráfico 7 nos traz elementos sobre o território em que residem as pesquisadas. Considerando que 74% residem nos bairros considerados mais vulneráveis, dentre os que estão referenciados no CRAS, é possível fazer inferências que podem esclarecer a questão que envolve o preconceito em relação ao local de residência.

Via de regra, as cidades são divididas territorialmente pela condição social e econômica de seus habitantes, tendo bairros marcadamente destinados as populações mais empobrecidas, sendo denominados comumente de periferia. Por estarem fisicamente afastados do centro da cidade é comum estarem associados à marginalização e exclusão social.

Nessa direção, Koga (2011, p. 79) nos ensina que “a exclusão social é também territorial. O fato é que à medida que vão sendo considerados os territórios locais, as desigualdades internas se tornam mais visíveis e gritantes”.

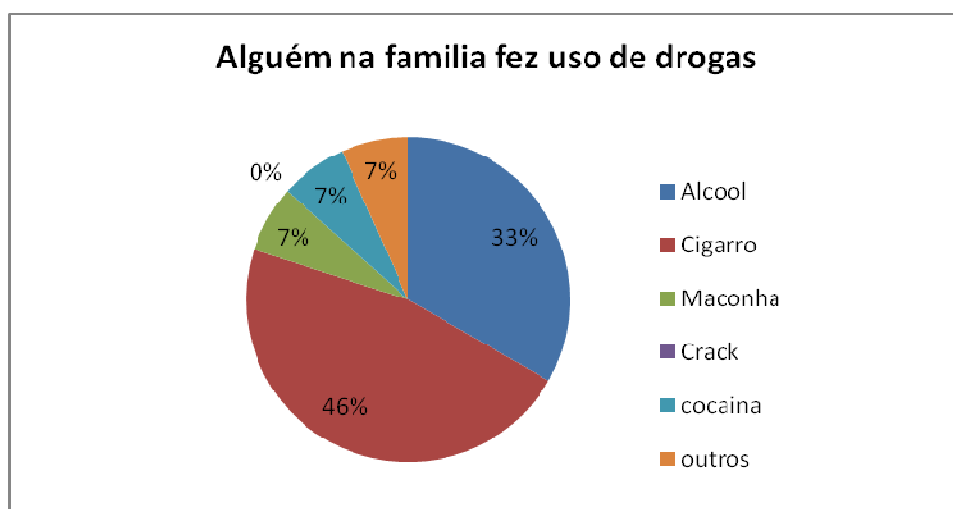
Dito de outro modo, Wacquant (2008, p. 25) também faz referência aos espaços destinados à população desfavorecida:

[...] os bairros de subúrbio formados por conjuntos habitacionais e outras cités decadentes reúnem populações amplamente desfavorecidas, mas que, em seu conjunto, ainda se mantem heterogêneas. Aliás vários indícios levam a pensar que essa mesma heterogeneidade constitui um dos principais fatores explicativos das tensões sociais e dos incidentes que ocorrem ali, uma vez que ela põe em contato e em competição populações que apresentam grandes diferenças, não do ponto de vista “étnico” ou cultural, mas no plano de sua trajetória social (descendente ou ascendente, em movimento ou bloqueada), de seu modo de apropriação do espaço e dos recursos coletivos (muito frequentemente alas próprias declinantes no que se refere às necessidade coletivas) e de sua capacidade de mobilização.

Embora 64% das mulheres dizem não sofrer preconceito sobre o bairro, ainda existe, pela observação cotidiana, uma certa discriminação por parte da população em geral em relação a esses bairros, visto que nestes locais o índice de vulnerabilidade social ainda predomina.

No mais, não é possível desconsiderar que 36% das pesquisadas sentem-se, de alguma forma, discriminadas por residir em determinado território, o que é significativo do ponto de vista do trabalho a ser realizado pelo Serviço Social.

GRÁFICO 10 – Alguém na família fez ou faz uso de drogas:



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

De acordo com o Gráfico, o maior índice de uso de drogas está relacionado ao cigarro (46%), seguido do álcool (33%) e totalizando 79% do uso de drogas consideradas lícitas.

Em relação as drogas ilícitas, temos um total de 21% que fazem o uso de alguma substância ilícita, como a maconha, crack, cocaína e outros.

O uso de drogas está disseminado em toda a sociedade, expondo grande parte da população usuária a situações de alto risco e vulnerabilidade, expressos na destruição de relações, na vivência das ruas, no aprisionamento e na morte.

Luciana traz um relato muito sensível e ilustra esta situação quando se refere as drogas e o papel da participação no grupo como um espaço de fortalecimento para deixar de ser usuária de drogas:

“eu acho que se não fosse o CRAS igual eu já ti falei, eu taria presa ou morta porque quando você se envolve no mundo das drogas só tem dois cominho ou presa ou é morta porque você não tem outro caminho, não tem outra saída, que saída você teria nenhuma, porque eles (filhos) iam ficar com quem, é 5 e a minha Irma tem 8, com mais 5 como fica, ela não teria condições, então eu acho que me ajudou nisso ai não na parte financeira, mas o que me ajudou mesmo foi nessa parte ai”.

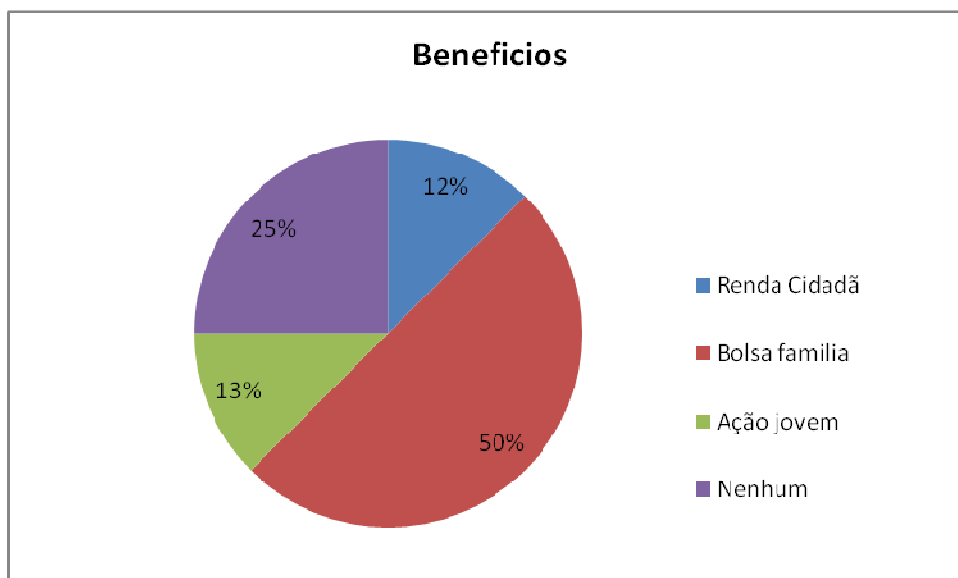
Hoje, após a participação nos grupos com seus inúmeros aprendizados, dentre eles o fortalecimento necessário para falar sobre o uso de drogas, o esforço para romper com a dependência e em especial o estabelecimento de diálogo com os filhos, Luciana relata que não esconde dos filhos a realidade quando refere se à drogadição, pelo contrário, mostra e explica a relação de causa e consequência.

“Hoje em dia as vezes a gente fala que tem que trancar, eu não tranco eu mostro, quando eu vejo um drogado passando que eu já vi ele bem eu vou lá e falo pros meninos olha lá ó como fulano está olha onde as drogas levou, porque eu quero que eles vejam a realidade ai eu falo para eles olhar, era pra mãe estar assim, mas através da mãe se amar e amar vocês a mãe conseguiu então vocês tem que ter esse mesmo amor, hoje em dia eles falam pra mim, mãe mas fulano está fumando maconha ai eu falo assim não você tem que ver você porque da maconha você vai pra cocaína e da cocaína pro crack e se 10% das pessoas que vão pro crack elas não se tornam porque quando você fuma um

crack você não vai conseguir largar porque quando hoje eu olho pra mim eu falo como eu consegui largar e foi através do CRAS , porque me diz se você conhece uma pessoa no mundo do crack e saiu, nenhuma sai, e eu consegui e eu não consegui através de clinica, através de apoio familiar, eu tinha apoio aqui porque eu não poderia chegar na minha família e falar ó eu uso crack porque eu estou desesperada eu não sei o que fazer eu to me vendo sozinha com 5 filhos a minha vida é uma droga e aqui eu aprendi que a minha vida não é uma droga”

É evidente mencionar que quaisquer que sejam as substâncias entorpecentes utilizadas, é provável que o uso contínuo possa levar à dependência química. Seus efeitos no âmbito pessoal e familiar são, via de regra devastadores, como já citado. A superação da dependência, é pertinente esclarecer, deve ser acompanhada pelos equipamentos públicos destinados a esse fim, com a clareza das implicações existentes no uso continuado de drogas.

GRÁFICO 11 – Participa de algum programa de transferência de renda:



Fonte: Dados obtidos através de questionário aplicados.

Por fim, o Gráfico 11 nos remete ao fato que 75% das entrevistadas estão inseridas em algum programa de transferência de renda.

É pertinente ressaltar que os programas de transferência de renda fazem parte dos serviços ofertados pelo CRAS e, desta forma, é necessário compreender que a inclusão de cada família se define pelo sistema Pró-Social e Cadastro Único.

A inclusão dos usuários neste sistema é realizada através dos cadastros das famílias aos Programas do Governo Estadual e Federal; para inserção destes, é necessário apresentar documentação conforme os critérios exigidos para cada programa.

Se relacionarmos este gráfico ao gráfico 5, podemos identificar que essas famílias usuárias dos programas de transferência de renda, integram os critérios, exatamente pela ausência de renda que apresentam.

Esse recorte de renda revela que estamos falando de famílias que estão em situação de vulnerabilidade e que precisam de constante atenção por parte do poder público para que possam executar suas funções de proteção de seus membros.

5.3 Os Resultados da Metodologia Social "Plug And Play" Para Autodesenvolvimento a Partir da Percepção das Pesquisadas

Ao tratarmos da metodologia, entendemos que os movimentos são objetivados através dos conteúdos neles balizados, de forma que a abordagem realizada pela equipe técnica social seja materializada com dinâmicas dirigidas a essas mulheres, instrumentalizando-as para que se fortaleçam na busca da transformação da sua realidade social.

Em cada um dos movimentos, realizou-se o planejamento das ações e estratégias de abordagem com assuntos e atividades que fazem parte da realidade

social dessas famílias, ou seja, uma linha de trabalho desenvolvida por eixos de ação e pontos de partida e de chegada.

Se tratando dos movimentos, apresentaremos na íntegra os eixos de trabalho produzidos por Romera (2011) e utilizados pela equipe técnica social do CRAS de Regente Feijó.

Enquanto na efetivação técnica do trabalho em movimentos, Romera (2011, p. 3) explica: “MOVIMENTO 1 – movimento do indivíduo em relação a si – (a pessoa de referência da família)>FORTALECIMENTO INDIVIDUAL>CUIDAR-SE DE SI – Atuar no tempo de cada pessoa”.

No movimento 1 o sujeito a ser trabalhado, no caso a mulher que é a pessoa de referência da família, tem a oportunidade de entender-se enquanto indivíduo através de ações baseadas no fortalecimento individual, ou seja, a mulher recebe orientação e subsídios para melhor cuidar de si.

EIXOS PARA O MOVIMENTO 1

MOVIMENTO: Pessoa em direção A SI MESMA e o fortalecimento de sua de sua identidade.		
LINHA DE AÇÃO: Identificar e potencializar a autoconsciência e, assim, despertar a força proativa da pessoa a favor de si mesmo.		
	EIXOS	Indicação de pontos de chegadas
	1 Eu me olho Eu me vejo	Eu me reconheço como pessoa. - Sente-se capaz de cuidar de si, valorizar-se, respeitar-se e amar-se. -Identifica as situações em ela está no controle de sua vida e expande esse controle.
	2 Eu me valorizo Eu me cuido	
	3 Eu me aceito Eu me desculpabilizo	

	4 Eu me respeito	Eu me amo	
	5 Eu tenho coragem	Eu digo não	<p>Eu identifico necessidades de mudanças significativas em mim e para mim.</p> <p>-Tem coragem e sente-se capaz de planejar mudanças que alterem sua dinâmica de vida e evidenciam esperanças e confiança em obtê-las.</p> <p>-É capaz de criar novas perspectivas sempre que necessário.</p>
	6 Eu tenho esperança	Eu digo sim	
	7 Eu sonho	Eu planejo	
	8 Eu confio	Eu venço o medo	
	9 Eu decido	Eu vou em frente	<p>Eu mudo parte da minha dinâmica de vida, objetiva e subjetivamente assumindo responsabilidades por mim e minhas escolhas de modo sustentável.</p>
	10 Eu acredito	Eu busco	<p>- Sente-se capaz e seguir em suas decisões, mesmo enfrentando obstáculos, porque acredita em seus potenciais e sente que é o centro de suas próprias buscas e mudanças..</p> <p>- Adapta-se ao inesperado.</p> <p>- É capaz de compartilhar e buscar apoio para momentos difíceis e de incertezas.</p>
	11 Eu posso	Eu mudo	
	12 Eu me responsabilizo	Eu faço	

Fonte: material produzido pela autora © Copyright 2011 Valderês Maria Romera. É proibida a reprodução sem autorização.

Entendemos que no movimento 1 as mulheres têm a oportunidade de olhar para si mesmas, construindo e reconstruindo sua autoestima, reconhecendo-se capaz, valorizada, em condições de fazer escolhas mais assertivas, inclusive com a possibilidade de romper com paradigmas em relação a violência, na medida em que sintam-se fortalecidas.

No relato de Luciana observamos como de fato isto é possível:

...eu recebi o convite do CRAS, conheci pessoas diferente aprendi a mi amar que eu tinha vergonha de sair, ei tinha vergonha do meu corpo, eu tomava vários remédios e não conseguia emagrecer, acho porque era o meu psicológico que não ajudava porque eu colocava na cabeça que estava gorda, mesmo eu tomando remédio eu não conseguia emagrecer...

Neste primeiro contato com a metodologia, o trabalho é realizado de forma grupal e semanal, tendo em média 43 encontros. É importante perceber o tempo de cada uma, ou seja, o tempo que cada pessoa, a partir de sua individualidade, consegue apreender os conhecimentos e aplicá-los em si, uma vez que o movimento pressupõe que a pessoa direcione mudanças para si mesma.

Luciana expressa em sua fala a sua mudança de comportamento, o que nos remete a conquistas do movimento 1:

Eu era briguenta na rua, meu Deus, o que eu mais era, era briguenta os outros falavam comigo e eu não tinha paciência já batia, hoje não se vir uma pessoa bêbada eu já tenho paciência, eu sei conversar, porque eu sei que aquela pessoa deve estar passando por algum tipo de problema, eu tento ajudar também não sou aquela pessoa calma se eu tiver que falar eu falo mas eu procuro não falar na briga no tapa, procuro conversar[...]

A partir deste contexto, o grupo está apto a dar continuidade a evolução proposta pela equipe técnica social que também acompanha o grupo através de indicadores de monitoramento produzidos pela equipe técnica social de acordo com a realidade vivenciada pelas participantes, seu nível de compreensão e transformação.

Na fala de Luciana fica expressa a quebra de paradigmas, o olhar voltado a si e a possibilidade de escrever outras histórias, ficando perceptível essa possibilidade de transformação.

[...]através do CRAS eu aprendi que eu não podia fazer todas as vontades dele e deixar ele me agredir até que um dia ele me agrediu e eu dei queixa dele, ele foi enquadrado pela Lei Maria da Penha e não me agrediu mais, mas mesmo assim eu não consegui morar com ele dinovo depois que eu dei queixa dele, porque eu fiquei com medo dele quer se vingar[...].

No movimento 2, as atividades estão direcionadas ao indivíduo e sua relação com a família, fortalecendo os vínculos e a responsabilização dos cuidados consigo e com os membros da família. Cumprida a passagem pelo movimento 1, quando a mulher ao sentir-se fortalecida, terá mais condições de compreender o seu entorno familiar e as relações que ali acontece, podendo inclusive mudar as relações e o modo como são estabelecidas.

É pertinente mencionarmos a importância do tempo de cada família dentro do grupo, considerar sua individualidade nos relacionamentos visto que as relações são dinâmicas e complexas por seu funcionamento interno, aliado as influências externas.

Segundo Romera (2011, p. 3):

MOVIMENTO 2 – movimento do indivíduo (a pessoa de referência) em relação à sua família > FORTALECIMENTO DOS OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA, DOS VÍNCULOS E DAS RESPONSABILIZAÇÕES> CUIDAR DE SI E DO OUTRO, no âmbito da família > atuar no tempo de cada família.

Para o desenvolvimento do movimento 2, são realizados em média 29 encontros, que podem sofrer adaptações conforme o desenvolvimento e a evolução do grupo. Percebemos a importância da atuação técnica social por se tratar de um trabalho que envolve o indivíduo e sua família.

É neste momento que o profissional deve desenvolver ações técnicas qualificadas, fundamentadas em teorias que possibilitem o conhecimento para além da imediatividade, buscando compreender as múltiplas questões postas pelo sujeito, no caso a mulher, e que, a partir das mudanças ocorridas no movimento inicial possam estende-la para o eixo da família.

[...]depois do tempo que ele foi preso, hoje em dia eu me encontro bem porque através do CRAS eu fiz amizades, eu consegui não passar para os meus filhos o que eu passava porque eu era muito agressiva[...] hoje eu não sou agressiva com ele a gente tem uma relação boa só que eu tenho medo de morar com ele, ainda não superei esse medo, eu tenho medo de morar com ele e ele me agredir, só que ele é muito calmo[...]jai quando eu não venho na reunião ele me liga, hoje é dia de reunião dá um jeito de ir falta do serviço, porque ele falou também que eu melhorei 100%

Essas proposições de fortalecimento da mulher para si foram explanadas no eixo e a extensão dessa mudança para o eixo familiar são trabalhadas no movimento 2, a partir da significação de vínculos. Ou seja, na reflexão sobre o modo como são estabelecidos os vínculos e os novos significados que essas relações podem assumir.

EIXOS PARA O MOVIMENTO 2

MOVIMENTO- A Pessoa em direção *A SI MESMA* e à sua *FAMÍLIA na perspectiva da significação de vínculos.*

LINHA DE AÇÃO: Refletir sobre os vínculos atribuindo-lhes novas significações e vivências e, conseqüentemente, expandir e qualificar os laços familiares.

EIXOS			vínculos	VVi	Indicação de pontos de chegadas
<i>Pessoa de referência da família</i>	<i>Cada um dos familiares</i> <i>(filhos, companheiro(a) e outros que co-habitam).</i>	<i>A família como núcleo de</i>			

			<i>vínculos</i>		
1	Eu sou assim (<i>físico, emocional, valores</i>)	- Ele(s) e ou Ela (as) é (são) assim... <i>(físico, emocional, valores)</i>	- Nós somos iguais em... - Nós somos diferentes em....	Vínculos afetivos; Vínculos de solidariedade	VÍNCULOS DE IDENTIFICAÇÃO Eu reconheço cada pessoa da minha família em suas semelhanças e compreendo suas diferenças , assim como as dificuldades e as potencialidades de cada um.
2	- Eu gosto de...	- Ele(s) e ou Ela (as) gosta(m) de...	Nós gostamos de...		
	- Eu não gosto de...	- Ele(s) e ou Ela (as) não gosta (m) de....	Nós não gostamos de...		
3	- Eu tenho dificuldade em...	- Ele(s) e ou Ela (as) têm dificuldade em...	Nós temos dificuldade em...		
	- Eu tenho facilidade em...	- Ele(s) e ou Ela (as) têm facilidade em...	Nós temos facilidade em...		
4	Eu fico bem quando	- Ele(s) e ou Ela (as) fica(m) bem quando...	Nós ficamos bem quando....		

	Eu não fico bem quando	- Ele(s) e ou Ela (as) não fica (m) bem quando....	Nós não ficamos bem quando....		
5	- Eu sei... - Eu ensino	- Ele(s) e ou Ela (as) sabe(m).... - Ele(s) e ou Ela (as) ensina(m)....	- Nós sabemos - Nós ensinamos uns aos outros		
6	- Eu acredito	- Ele(s) e ou Ela (as) acredita(m)	- Nós acreditamos	Vínculos Afetivos; Vínculos de Segurança; Vínculos de Solidariedade;	VÍNCULOS DE PROPÓSITOS Eu identifico as necessidades de propósitos e caminhos para atingi-los, tanto individualmente, como no conjunto da família, para ampliar as diversas perspectivas da dinâmica familiar.
	- Eu posso	- Ele(s) e ou Ela (as) pode(m)	- Nós podemos		
7	- Eu sonho - Eu planejo....	- Ele(s) e ou Ela (as) sonha(m) - Ele(s) e ou Ela (as) planeja(m)	- Nós sonhamos - Nós planejamos		
8	- Eu busco... - Eu persisto...	- Ele(s) e ou Ela (as) buscam Ele(s) e ou Ela (as) persiste(m)	- Nós buscamos - Nós persistimos		

Cont...

9	Eu cuido de mim e de ...	- Ele(s) e ou Ela (as) cuidam de si e de...	Nós cuidamos de...	Vínculos afetivos; Vínculos de segurança; Vínculos De Solidariedade;	VÍNCULOS DE RESPONSABILIDADES Eu identifico e assumo as responsabilidades de acordo com os papéis sociais dos sujeitos da família e também dos vínculos de responsabilidade que cabem à família em nossa sociedade.
	Eu posso ...	- Ele(s) e ou Ela (as) podem...	Nós podemos..		
10	Eu não posso ...	- Ele(s) e ou Ela (as) não podem...	Nós não podemos..		
	Eu me responsabilizo por...	- Ele(s) e ou Ela (as) se responsabiliza (m) por...	Nós temos responsabilidades de...		
12	Eu participo de... em...	- Ele(s) e ou Ela (as) participa (m) de... em.. com...	Nós participamos de...		

Fonte:material produzido pela autora © Copyright 2011 Valderês Maria Romera. É proibida a reprodução sem autorização.

Diante da dinâmica apresentada no movimento 2 e os eixos que o compõem, é o momento onde o sujeito/mulher envolve a família no seu ciclo de mudanças através do relacionamento dela com os demais membros do núcleo familiar, de modo que consigam juntos buscar novas possibilidades e transformações da realidade que vivem.

O relato de Luciana expressa a sucessiva repetição da violência; é um ciclo que se repete até que se apresentam novas formas de pensar sobre constituição familiar. Ela verbaliza essa repetição e sofre com o que fazia, mas ao mesmo tempo ela passa a enxergar que era preciso romper.

A minha relação com eles (os filhos) era péssima, porque quando eu era agredida eu também queria agredir, então eu não tinha quem agredir, eu não ia sair na rua agredindo, então por eu estar com raiva do pai eu descontava neles, eu batia muito neles e não era pouco não era muito, eu nunca tive um dialogo, nunca dei um abraço nos meus filhos, depois de três anos pra cá os outros falam assim, você virou trouxa ficou boba porque os outros veem a relação que eu tenho agora e que eu não tinha antes, o meu menino mais velho tem 18 anos agora ele foi conhecer o que é mãe[...]

De acordo com Teles e Melo (2003, p. 29) “A mulher foi obrigada a restringir sua vida às necessidades exclusivas da família”. Na sociedade patriarcal a mulher tinha o dever de cuidar dos afazeres em casa, com o marido e os filhos e não tinha escolha em querer ter outro estilo de vida, devia ser responsável apenas pelos seus papéis em casa ou no que seu marido ordenasse que ela fizesse.

Em sua fala Luciana novamente relata a reprodução da historia de vida da sua mãe:

[...]a minha mãe morreu cedo, meu pai agredia muito ai ficou só eu e minhas irmãs morando com um homem que bebia, então nós não teve aquele amor, ai depois fomos morar com os maridos ai nenhuma teve sorte, que só Jesus na causa, mas eu acho que a minha vida através do CRAS melhorou muito, hoje eu me sinto realizada,[...]

A superação da violência exposta por Luciana trouxe ganhos não apenas para si. Ao romper com o ciclo de violência que lhe foi imposto ao longo de sua existência, consegue visualizar que o ciclo de repetição era estendido aos filhos e causava, a todos da família, dores e sofrimentos, rompidos a partir de sua participação no grupo.

Nessa direção, encontramos respaldo para o trabalho realizado nas palavras de Mizuno, Fraid e Cassab (2010, p. 22 e 23):

“A superação da situação de violência requer, necessariamente, uma rede de apoio e proteção, traduzida em serviços, que a auxiliem nesse processo.[...] Esses serviços à mulher, vítima de violência doméstica, deve ser feito de forma articulada entre os profissionais das mais diversas áreas; além de proteger é

preciso auxiliá-la concedendo-lhe alternativas de enfrentamento a violência e de fortalecimento, não só no que tange ao financeiro com alternativas socioeconômicas, mas, também, sua condição emocional, para que se fortaleça e tenha uma melhor autoestima, que a faça compreender como se estabelece em seu cotidiano a violência e possa, a partir daí, realizar a travessia para a superação dessa condição.”

Concluído o movimento 2, as mulheres passariam ao movimento 3, o que implica no movimento do indivíduo em relação a si, sua família e ao entorno próximo, visando o fortalecimento dos vínculos comunitários, a valorização do território e a importância do exercício da solidariedade, da cidadania de forma a contribuir com a transformação da realidade social do seu entorno e porque não de uma maior abrangência territorial.

Segundo Romera (2011, p. 3):

MOVIMENTO 3 – movimento do indivíduo em relação à sua família e ao entorno próximo > FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS COMUNITÁRIOS > CUIDAR DE SI, DOS SEUS E DO LUGAR ONDE VIVE> desenvolver o pertencimento e a cidadania > atuar nas especificidades de cada comunidade/território.

O movimento 3 até a presente data encontra-se em construção pela equipe técnica social, tendo 16 encontro construídos de acordo com a realidade dos grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos esta pesquisa, o grupo se sentiu tomado por uma experiência única ao vivenciar cada percurso do trabalho. Pedimos licença para adentrarmos ao espaço privado dessas mulheres que são o pilar de sustentação do seu núcleo familiar e generosamente fomos acolhidas e pudemos acessar as vidas delas, seus medos, suas lutas e suas conquistas.

Ao iniciarmos, tivemos como proposta investigar a ocorrência de mudanças na vida das mulheres após a participação nos movimentos I e II dos grupos socioeducativo do CRAS, através da aplicabilidade da metodologia para o autodesenvolvimento.

A possibilidade de materializar a pesquisa e a vivência destas mulheres a partir de sua participação no serviço, nos motivou a entender de que forma o CRAS contribuiu na sua vida enquanto sujeito, mulher, membro de sua família e partícipe de seu território (rua, bairro, comunidades, cidades, e assim por diante).

Para compreender esse universo, percorremos um caminho teórico sobre os temas centrais da pesquisa: a Política de Assistência Social, fazendo um recuo histórico até os dias atuais, centrando nos mecanismos atuais de proteção social e a família, a partir de discussões sobre sua história, mudanças e configurações atuais.

Ao longo da história, a Assistência Social era excepcionalmente ligada às ações filantrópicas de caridade, vinculadas à Igreja Católica e por décadas os usuários foram vistos como favorecidos e não como cidadãos de direitos. Com o processo de industrialização no Brasil, implantou-se as políticas sociais, de caráter emergencial e compensatório, direcionadas a proteção dos trabalhadores.

Como uma proposta de transformação da sociedade e da busca pela redemocratização do país promovida pelos diferentes movimentos sociais que pressionaram a sociedade, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu e deu concretude aos avanços no acesso aos direitos sociais.

A Assistência Social foi incluída no âmbito da Seguridade Social, como política pública de proteção social, visando garantir o atendimento das necessidades

básicas dos cidadãos, devendo ser garantida a quem dela necessitar através de uma política não contributiva.

Após a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993, a Política de Assistência Social passa a ser reconhecida como um direito do cidadão e dever do Estado. No momento em que novas expressões da questão social surgem nos contextos sociais, em 2004 a Política Nacional de Assistência Social proporcionou uma organização de suas ações, na perspectiva da universalização dos direitos sociais.

Pelo reconhecimento dos direitos socioassistenciais, com a IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi deliberado a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo um sistema que constitui-se na regulação e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, serviços, programas, projetos e benefícios, com foco prioritário em atenção à família.

Este novo momento de avanços é devidamente concretizado na proteção social básica, que atua diretamente na prevenção de situações de vulnerabilidades e/ou riscos sociais, tendo o CRAS como um dos seus mecanismos disponíveis para a efetivação desse rompimento.

O CRAS, como uma unidade pública estatal, oferta alguns serviços que contemplam o que está disposto nas normatizações vigentes, dentre eles o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que consiste no trabalho social com famílias, promovendo o acesso aos direitos sociais.

No que se refere à família, ao longo do desenvolvimento da sociedade, passou por inúmeras mudanças em suas configurações.

A família patriarcal, modelo tradicionalmente construído pela sociedade burguesa, tinha como princípio a união estável entre um homem e uma mulher, com papéis preestabelecidos e demarcados; à mulher cabia a função de cuidar do marido e da educação dos filhos e o homem, a responsabilidade do sustento familiar.

A evolução desse contexto, em relação a família contemporânea, quebrou paradigmas com a alteração do papel da mulher que buscava a igualdade no que se refere às diversas atividades dentro da família e fora dela, ao ocupar várias funções no mercado de trabalho, assumindo novos espaços e responsabilidades.

Nos dias atuais, a família remete a uma estrutura organizada de indivíduos que geram vínculos entre si a partir de uma identificação afetiva e também por necessidades básicas de sobrevivência.

A família não é, portanto, uma concepção natural, estática e universal. Ela foi construída socialmente e passou por transformações no processo sócio-histórico, em sua função de proteção, socialização, referência moral e principalmente por ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado.

As famílias que não conseguem, por inúmeros motivos, cumprir este papel tornam-se vulneráveis e podem vivenciar processos de exclusão social, tornando-se, assim, demanda para o Serviço Social, em especial no âmbito da Assistência Social, especificamente nos CRAS.

Posto isto, o profissional de Assistência Social, ao atender demandas e constatar a existência de vulnerabilidades relacionadas à família, busca propor ações que possam promover o autodesenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, através do conhecimento de suas particularidades, trabalhando em sua totalidade.

Como já mencionado, a presente pesquisa teve como lócus o CRAS do município de Regente Feijó e as famílias referenciadas em seu território, onde o serviço oferta uma proposta metodológica para o autodesenvolvimento das mulheres, fazendo com que elas passem a ter um olhar para si e para a família. Já o olhar ampliado para a comunidade não foi trabalhado nesta pesquisa.

Para atendermos aos objetivos deste estudo, realizamos uma pesquisa de campo com 14 mulheres, pertencentes ao grupo Lírio do Campo, buscando a partir do entendimento dessas mulheres suas transformações no âmbito familiar e social.

Para identificarmos quem eram essas mulheres nos propusemos a traçar um perfil: quem são elas, sua realidade familiar e socioeconômica para posteriormente entendermos se elas vivenciaram alguma transformação a partir da participação nos grupos com o uso da metodologia Plug and Play.

Para aprofundar o entendimento desse universo, escolhemos uma das pesquisadas para a aplicação da entrevista aprofundada, na modalidade história de

vida, para que pudéssemos ter maior proximidade e concretude em relação às transformações ocorridas em sua vida e seu entorno.

Em relação a metodologia utilizada no CRAS de Regente Feijó com as mulheres dos grupos socioeducativos, seu conteúdo, como já amplamente explorado, é dividido em três movimentos estruturados por eixos de ação: movimento 1, movimento 2 e movimento 3.

O movimento 1 torna-se concreto quando a mulher consegue identificar-se enquanto indivíduo, única e possuidora de seus próprios anseios.

Entendemos que essa transformação se materializa no depoimento de Luciana, ao falar da retomada de sua autoestima, da possibilidade de olhar para si, de gostar de si mesma:

[...] hoje eu emagreci 31 quilos, pergunta eu não tomo remédio eu não vou na academia e aí não era psicológico, 31 quilo gente eu fiquei admirada, a própria nutricionista falou assim pra mim, como você conseguiu, que remédio você tomou, eu falei nenhum, nem regime eu não faço, hoje eu como de tudo o que eu não comia ante, eu comia e ia lá metia o dedo na garganta e vomitava tudo porque eu não conseguia ficava com medo de ta gorda e na verdade eu era gorda mas acho que era por causa do meu psicológico que já deixa gorda, essas roupas aqui eu nem colocava, pintura não, hoje em dia eu aprendi me amar porque pra você amar alguém primeiramente você tem que estar bem pra você também falar pra alguém de amor você também tem que estar se amando como que você vai chegar em alguém e falar que você tem que se amar e na verdade eu me odeio[...]

Concluída a etapa do movimento 1, já fortalecida para buscar olhar também para fora, inicia-se o movimento 2 que, além da continuidade na busca da transformação do “eu”, também direciona-se a família como parte desta mudança. E por fim, o movimento 3 que relaciona o indivíduo, a família e a comunidade considerando que o mesmo não faz parte do objeto da pesquisa.

No movimento 2, é possível perceber, através da fala de Luciana, sua evolução na convivência familiar, visto que as relações antes estabelecidas pela via da agressão e da escassez de diálogo, assumem novas formas: estabelece-se o diálogo como ponto fundamental para a solução dos conflitos familiares:

[...]antigamente na minha casa não tinha conversa era só briga xingos, hoje em dia todo mundo fala o que pensa, as vezes ofende, porque você falar o que pensa ofende mas igual eu falo é melhor uma verdade ofendida do que uma mentira para agradar, as vezes ontem mesmo eu falei, fulano você está com

raiva do seu irmão , então fala, porque na hora da discussão, ai ele falou é porque ele pega o meu boné e pega isso aquilo, ai um xinga o outro, quer dizer se agrediram verbalmente mas ai um pediu desculpas para o outro, porque agora tem dialogo[...].

Considerando a complexidade e subjetividade do trabalho realizado com as famílias que estão numa condição de vulnerabilidade social, o CRAS vem buscando mecanismos de mudar essa realidade com o fortalecimento de vínculos assumindo seu papel enquanto instituição estatal.

Ao realizarmos a história de vida com Luciana, foi possível apreender as mudanças materializadas na dinâmica de vida da entrevistada e em seu entorno familiar. Fica amplamente demonstrada o significado do trabalho realizado e as mudanças ocorridas, antes e depois de participar do grupo socioeducativo no CRAS:

[...]eu tive que ir a luta, foi onde eu comecei a conseguir um emprego e desisti das drogas, e to bem, ai é isso que eu falo para os meus filhos, eu não escondo deles que eu usei, porque os outros falam, há mas você não pode falar para os seus filhos, ai eu falo, não, eu falo porque é para eles saberem quando a pessoa perde a auto estima, perde o amor próprio, é aonde chega e muitas vezes você não consegue sair , ai as minhas irmãs fala assim, você não pode ficar falando assim pros meninos, mas eu falo porque eu sei que vai ajudar eles, eu não quero que eles passem pelo o que eu passei porque eu consegui e eles, será que eles conseguiriam sair [...], eu agradeço do convite não só pela ajuda, igual os outros falam pra mim, há mas você não recebe mais porque você vai pra reunião? Porque aqui eu me sinto bem eu não sinto que vim pra uma reunião eu sinto que vim pra uma festa, a festa que vai ajuntar todo mundo. E a gente faz amizades, tem as meninas, você vê os problemas das meninas e cada cá com seus problemas. Então sabe que elas estão superando e porque você também não pode superar os seus? Porque os delas são difíceis se elas estão superando? Então a gente também pode superar, ai eu acho que aqui eu não vejo como um lugar de reunião eu vejo como um lugar que a gente consegue se ajudar umas as outras[...]

O acesso que nos foi possibilitado através da aproximação com as mulheres que participaram dos grupos, nos permitiram adentrar em um universo imensamente rico, composto de pessoas que tem seus valores pessoais, culturais e sociais e esta conjuntura tem rebatimentos diretos em seu comportamento cotidiano.

É importante considerarmos também o seu entorno que se encontra enraizado de valores embutidos numa sociedade capitalista que visa a imediatividade e não a reflexão, expondo, muitas vezes essa pessoas e famílias a condições de vulnerabilidade e risco – sem estudo, sem preparo para o mundo do trabalho e com o

olhar para o mundo restrito sem maiores expectativas além do aparente os tornam vulneráveis e expostos a diferentes mazelas sociais.

Deste modo, a ampliação de visão de mundo trazida pela participação dessas mulheres nos grupos e as mudanças significativas materializadas por elas, nos proporcionou não só conhecimento sobre o tema pesquisado, mas sim crescimento pessoal, profissional e a certeza de que abrirá possibilidades para novas pesquisas em relação ao serviço.

Por fim, entendemos ser relevante ressaltar que a aplicabilidade desta metodologia possibilita a aproximação do técnico social com as famílias participantes do serviço, desmistificando conceitos de família presentes na sociedade e nos próprios profissionais, agindo de forma propositiva a partir das demandas apresentadas, mas não ficando à margem delas, ao contrário, buscando o desvelamento das realidades, fazendo proposições assertivas e que façam sentido aos seus usuários, possibilitando, deste modo, a emancipação e autodesenvolvimento dos sujeitos, efetivando, portanto o trabalho do assistente social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho** – 15. Ed. Cortez - São Paulo, 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho** – Ed. Boitempo, São Paulo, 1999.

BARBERÁ, Andréya; SILVA, Gisele C. da; OLIVEIRA, Heloisa dos S. M. de; GARCIA, Livia O.; QUEIROZ, Mikaeli M de A. **A Centralidade da Família na Articulação das Políticas Sociais** : Assistência Social, Saúde e Educação. Presidente Prudente, 2007. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, 2007.

BASTOS, Eliene Ferreira; DIAS, Maria Berenice. **A Família Além dos Mitos**. BeloHorizonte, Del Rey, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Imprensa Oficial, São Paulo, 2004.

_____. **Código de ética do/a assistência social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 9.ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

_____. Desenvolvimento Social: **Guia de Política e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome** – MDS. Brasília, 2011. Disponível em: www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias-1/2011/...Guia.../download. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas Sobre o PAIF**: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vol.1 e 2, Brasília, 2012.

_____. NOB/SUAS 2010: **Aprimoramento da Gestão e Qualificação dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2010. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: www.mds.gov.br/.../nob/suas-2010-minuta-consulta-publica-final.pdf. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2014.

_____. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS 2012**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Secretaria Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: www.mds.gov.br>AssistênciaSocial>Arquivo. Acesso em: 20 de Fevereiro de 2014.

_____. **Rede SUAS**: Gestão e Sistema de Informação para o Sistema Único de Assistência Social / organizado por Luziele Tabajós e Roberto Wagner da Silva Rodrigues. – Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007.

_____. **Tipificação Nacional de Serviço Sócioassistencial**: Texto da Resolução N° 109, de 11 de novembro de 2009. Publicado no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

CARMO; MOURA; Perla Cristina da Costa Santos, Fernanda Gomes de Andrade de. **Violência Doméstica: A Difícil Decisão de Romper Ou Não Com Esse Ciclo.** Disponível em:file:///C:/Users/usuario/AppData/Local/Temp/Temp4_%28Duvida%29%20historia%20de%20vida%281%29.zip/A%20DIFICIL%20DECIS+%C3%A2O%20DE%20ROMPER%20COM%20A%20VIOLENCIA.pdf. Acesso 30 de Outubro de 2014.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant, et. al. **A família contemporânea em debate.** São Paulo: Cortez, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências Humanas e sociais.** 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

COLIM, Denise Ratmamn; FOWLER Marcos Bittencourt. **LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social.** São Paulo, Editora Veras,1999.

COUTO, Berenice Rojas; **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma Equação Possível?** São Paulo, Editora Cortez, 2010.

DALVA, Azevedo Guerras. **Família e Trabalho Social: Intervenções no Âmbito do Serviço Social.** Universidade Cruzeiro do Sul (Universidade, São Paulo). 2010.

FILHO, Mário José, Pe. **A Família Como Espaço Privilegiado Para a Construção da Cidadania.** – Franca: UNESP - FHDSS, 2002. 158p. – (Dissertação e Teses, n.5).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Heloísa S. R. **Trabalhando Com as Famílias.** São Paulo: Forja, 1997.

GUEIROS, Dalva de Azevedo. **Família e Trabalho Social**: intervenções no âmbito do Serviço Social. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802010000100015&script=sci_arttext. Acesso em 19 de Outubro de 2014.

HASEBALGF, Carlos Alfredo. **Discriminação e Desigualdades Sociais no Brasil**. Ed. Graal LTDA – Rio de Janeiro. 1979.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23. ed. – São Paulo, Cortez, 2012.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades**: Entre Territórios de Vida e Territórios Vividos. Editora Cortez. São Paulo, 2003.

MIOTO, R. C. Textos & Contextos. Revista Virtual Textos & Contextos. Nº3, ano III, dez 2004. *In*: **Família e Serviço Social**. Material didático de Oficina sobre Família. 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Trabalho com Famílias**: Um Desafio Para os Assistentes Sociais. Revista Virtual Texto & Contextos. Nº 3, ano III, dez. 2004.

MIZUNO, Camila. Fraid, Jaqueline, A. Cassab, Antonia, L. **Violência contra a mulher**: Porque Elas Simplesmente Não Vão Embora? I Simpósio Sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade de Londrina, 2010.

Normalização de Apresentação de Monografias e Trabalhos de Curso - Presidente Prudente: Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo”, 2009.

PAULILO, Maria Angela Silveira. **A Pesquisa Qualitativa e a História de Vida**. PUC – SP. 1999.

PEREIRA, Márcia Regina Santos. **Análise do IDF Para a Elaboração de Mapeamentos: Uma Contribuição à Política Municipal de Assistência Social**. Regente Feijó – SP. Disponível em:

www.fct.unesp.br/Home/.../Relatorio%20Final%20Fev%20-%202011. Acesso em: 02 de Setembro de 2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1970/1973)**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 267 p.

ROMERA, Valderes Maria. **Trabalho Socioeducativo Com Famílias: Uma Metodologia Social Plug & Play Para o Autodesenvolvimento**. Trevisan Assessoria e Consultoria, 2011.

_____. **Trabalho Socioeducativo Com Famílias**. Disponível em: www.socioeducativoromera.blogspot.com/. Acesso em: 30 de Setembro de 2014.

SANTANA, Anabela Maurício de. **Mulher Mantenedora/Homem Chefe de Família: uma questão de gênero e poder**. Disponível em: http://200.17.141.110/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_8/FORUM_V8_05.pdf. Acesso em: 30 de Outubro de 2014.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996. 128 p.

SIMIONATO, OLIVEIRA Marlene Aparecida Wischral; Raquel Gusmão. **Funções e Transformações da Família ao Longo da História**. Disponível em: <http://www.institutounipac.com.br/aulas/2012/1/UBSOC05N1/000229/000/func%C3%B5es%20e%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20da%20fam%C3%ADlia%20ao%20longo%20da%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em 30 de Outubro de 2014.

SILVA, Lúcia Maria Monteiro R. da. **Serviço Social e Família: A Legitimação de Uma Ideologia**. 3. Ed. – São Paulo, Cortez, 1987.

SOUZA, Josiane dos S. SILVA, et. al. **Famílias Monoparentais Chefiadas por Mulheres e o Enfrentamento da Pobreza**. Presidente Prudente, 2006. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, 2006.

SPOSATI, Adailza. **A Menina LOAS - Um Processo de Reconstrução da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**. 9 ed., São Paulo: Cortez, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **O Que é Violência Contra a Mulher**. São Paulo : Brasiliense, 2003. 1ª reimpr. Da 1. ed. De 2002.

Wacquant, Loic J. D., 1960- **As Duas Faces do Gueto**/ tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo. Boitempo, 2008.

WOOD, Ellen M. **Democracia Contra Capitalismo: A Renovação do Materialismo Histórico**. São Paulo, Boitempo editorial, 2003.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. **Os Novos Paradigmas da Família Contemporânea: Uma Perspectiva Interdisciplinar**. Rio Janeiro, Renovar, 2001.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DO PERFIL DAS MULHERES GRUPO 3.

1-Idade: _____

2-Etnia:

() branca () negra () parda () indígena () amarela

3-Escolaridade

() Não alfabetizada () Fund. Incompleto () Fund. Completo

() médio incompleto () médio completo () Superior

4-Profissão atual: _____

() formal () informal

5-Renda Familiar

() sem renda () 1 a 2 salários () 2 a 3 salários () + de 3 salários

6- Estado civil

() casada () solteira () convive com companheiro(a)

() divorciada () Viúva () outros _____

7-Religião

() católica () evangélica () espírita () ateu () outros

8- Bairro onde residem:

- Vila Euclides da Cunha Vila Esperança Vila Assunção
 Nosso Teto I Nosso Teto II Nosso Teto III Jardim Regina
 Felipe Antenor Malacrida
 Jardim Alto da Boa Vista (apenas algumas casas)

9- Sofre preconceito em relação ao bairro de moradia?

- Sim Não

Se sim, Como se manifesta? O que falam?

10 Alguém do núcleo familiar já usou ou usa algum tipo de droga?

- Sim Não

Caso sim: quem da família? você marido filho/a neto/a nora/genro outras

Álcool; cigarro; maconha; crack outras

11- Participa de algum programa de transferência de renda? Não Sim

Bolsa Família;

Renda Cidadã;

Ação Jovem;

Outros _____